

ANTÔNIO JAIRO PIMENTEL TRINDADE

**“O QUE NOS TORNA IRMÃOS?” TRAJETÓRIA DE LUTA COLETIVA DO
ASSENTAMENTO EMÍLIA MARIA, SÃO CRISTÓVÃO- SE.**

São Cristóvão – SE

Fevereiro-2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS – CCAA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA – DEA

**“O QUE NOS TORNA IRMÃOS?” TRAJETÓRIA DE LUTA COLETIVA DO
ASSENTAMENTO EMÍLIA MARIA, SÃO CRISTÓVAO- SE.**

**Monografia apresentada ao Departamento de
Engenharia Agrônômica - Universidade Federal de
Sergipe como requisito parcial para obtenção do título
de Engenheiro Agrônomo.**

**Orientador: Prof Dr. Flávio Marques Castanho
Barrero**

APROVADO em: 20 de fevereiro de 2026

ORIENTADO: Antônio Jairo Pimentel Trindade

Prof. Dr. Flávio Marques Castanho Barrero
(Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Núbia Dias dos Santos
(Banca examinadora)

Prof. Dr. Mateus de Sá Barreto Barros
(Banca examinadora)

Dedico este trabalho a luta pelo socialismo e pela reforma agrária.

Que este humilde pedaço de papel possa ajudar a criar um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Tempo, orixá, por soprar inspiração na minha alma quando eu me via perdido, a Exú, por iluminar os caminhos pelos quais sempre devo seguir, ao meu pai Omolú e à minha mãe Oxum, por me derem sabedoria e determinação para prosseguir, e a mim mesmo, pelo esforço e por sempre seguir em frente, não importa o quão difícil seja o caminho.

Sou profundamente grato à minha mãe, Marineide dos Reis Pimentel, e ao meu pai, Jairo da Trindade Silva, por me garantirem teto, alimento, educação e dignidade, direitos historicamente negados a tantos jovens negros e negras no Brasil e no mundo. O trabalho, o cuidado e a firmeza de vocês tornaram possível que eu chegasse até aqui.

Agradeço à minha psicóloga, Tainã Querino de Melo Santos, que, com escuta responsável, paciência e gentileza, me ajudou a reorganizar caminhos internos e a recuperar minha própria humanidade, e à minha amiga Fabiola Braga Melo, pela presença enérgica e constante nos momentos de dúvida e construção, você é luz.

À memória de Emília Maria Ferreira da Silva Oliveira, que fez da própria vida compromisso com os outros e com a luta coletiva desde muito cedo. Sua trajetória se entrelaça com a história do assentamento que hoje leva seu nome e permanece viva na organização cotidiana, na resistência prática e na construção coletiva daquele território. Sua luta e sua história mudaram a minha vida e a vida de inúmeras famílias que encontraram, na terra e na organização, a possibilidade concreta de dignidade e autonomia.

Agradeço, de modo especial, às moradoras e aos moradores do Assentamento Emília Maria, que me acolheram com confiança e uma generosidade imensa. Obrigado pela disposição em compartilhar suas histórias. As conversas, assembleias, mutirões, espaços de formação e, principalmente, vocês tornaram esta pesquisa possível. A partilha das experiências e a reconstrução coletiva da memória demonstram, na prática, que, com organização, trabalho comum e consciência política, é possível alterar radicalmente a realidade.

Ao meu orientador, Flávio Marques Castanho Barrero, agradeço pela orientação, pelo respeito, pela inspiração, pelas críticas necessárias e pela seriedade acadêmica no acompanhamento deste trabalho. À Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos e ao Prof. Dr. Mateus de Sá Barreto Barros, agradeço pelas contribuições qualificadas, profundas e sinceras, pelo compromisso com o debate acadêmico coerente e pela construção consciente de uma universidade a serviço do povo.

À Universidade Federal de Sergipe, à política de cotas raciais, ao Departamento de Engenharia Agrônômica e ao Centro de Ciências Agrárias, registro minha gratidão pela formação pública e socialmente referenciada.

Aos professores e professoras que participaram da minha formação acadêmica, em especial a professora Dra. Maria Aparecida Moreira, a professora Dra. Glaucia Barretto Gonçalves, a professora Dra. Aline de Almeida Vasconcelos, o professor Dr. Pedro Roberto Almeida Viegas, a professora Dra. Renata Silva Mann, a professora Dra. Regina Helena Marino e o professor Dr. Jailson Lara Fagundes, agradeço pelas provocações teóricas, pelos ensinamentos partilhados, pelas discussões em sala de aula, pelo afeto pela profissão de ensinar novas gerações e pelo exemplo de que tipo de profissional e ser humano eu desejo ser. Vocês foram professoras e professores extremamente inspiradores, e espero, do fundo do meu coração, que sintam dentro de si o orgulho merecido pela grandiosidade do que fazem.

Aos membros do Grupo de Estudos em Extensão Rural e Agroecologia, em especial Adonai Bastos Borges e Elba Costa de Jesus, agradeço pelas trocas, pelo apoio e pela confiança construída ao longo do percurso, vocês são referências e pessoas excepcionais.

À Unidade Popular pelo Socialismo, à União da Juventude Rebelião e ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, agradeço pela formação política construída na prática da organização, da disciplina coletiva e do trabalho de base. Parte essencial do que sou enquanto pesquisador, militante e ser humano foi forjada nesses espaços e para esses espaços. Não sei quem eu seria sem minha trajetória nesse partido e nessas organizações.

À minha irmã mais velha, Bárbara Daiane dos Reis Pimentel, cuja maior aspiração era liberdade e autonomia, carrego sua memória como compromisso permanente com a dignidade humana. Ao meu irmão mais velho, Humberto Rodrigo Silva e Silva, que me ensinou seriedade, esforço e resiliência, e à minha irmã Jamille Venessa Silva e Silva, que me ensinou responsabilidade, paciência e pragmatismo, reconheço os exemplos que ajudaram a formar meu caráter. À minha irmã mais nova, Maria Clara Dayo dos Santos Trindade, que me inspira a ser melhor a cada dia, para trilhar um caminho no qual ela possa se inspirar e se orgulhar.

À matriarca da minha família, minha avó Maria Idasia dos Reis Pimentel, que me ensinou, na prática, o significado de liderança transformadora em uma comunidade, e ao meu tio e padrinho Antônio Alex dos Reis Pimentel, que me ensinou o valor do esforço e do trabalho na terra, registro meu reconhecimento e respeito.

Por fim, agradeço ao Estado de Sergipe e ao seu povo, que me acolheram e constituíram o solo do meu nascimento enquanto sujeito politicamente ativo, sou profundamente grato.

A todas e todos que caminharam comigo, que passaram pela minha trajetória e que ainda caminharão ao meu lado na construção do que está por vir, deixo meu reconhecimento. Este trabalho não é resultado de trajetória individual isolada, mas expressão de uma rede de relações, de formação e de luta coletiva que me constituiu ao longo dos anos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. Formação das Relações de Produção no Campo brasileiro.....	
2.2. Governos da Nova República e Políticas Públicas: O agricultor familiar e a reforma agrária	19
2.3. Ocupação: desmistificando a ideia de invasão	32
3. METODOLOGIA.....	34
4. O QUE NOS TORNA IRMÃOS?” TRAJETÓRIA DE LUTA COLETIVA DO ASSENTAMENTO EMÍLIA MARIA.....	38
4.1. Caracterização do Assentamento Emília Maria, São Cristóvão- SE	
4.2. Linha Temporal do Assentamento	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60
ANEXOS.....	65

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização PDS do Emília Maria, São Cristóvão- SE.....	38
Figura 2: Mapa de localização PDS do Emília Maria, São Cristóvão- SE.....	39
Figura 3: Emília Maria Ferreira da Silva Oliveira.	40
Figura 4 e 5: Manuscrito do Assentamento Emília Maria, São Cristóvão- SE.....	42
Figura 6: Página I do Manuscrito de Dona Valdira descrevendo os primeiros momentos no acampamento.....	43
Figura 7: Local onde eram realizadas as primeiras Plenárias com barracas ao redor.....	44
Figura 8: Página III do Manuscrito de Dona Valdira contando o motivo dela desistir.....	45
Figura 9: Página IV do Manuscrito do Assentamento Emília Maria, São Cristóvão- SE.....	47
Figura 10: Alimentos produzidos no assentamento para serem distribuídos durante a Pandemia de Covid-19 (Jornada do Abril Vermelho 2021).....	48
Figura 11: Página VI do Manuscrito de Dona Valdira descrevendo a chegada das iniciativas públicas.....	50
Figura 12: Famílias na cerimônia de imissão de posse.....	53
Figura 13: Cerimônia de imissão de posse.	54
Figura 14: Dona Gorete, mãe de Emília Maria.....	54
Figura 15: Aplicação da ferramenta Linha do Tempo do DRP para o projeto de Quintais produtivos.....	56

LISTAS DE SIGLAS

CCU: Contratos de Concessão de Uso

CDRU: Concessão de Direito Real de Uso

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

DRP: Diagnóstico Rural Participativo

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMDAGRO: Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

IFS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA: Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TD: Títulos de Domínio

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa a trajetória de formação e consolidação do Assentamento Emília Maria, localizado no município de São Cristóvão, Sergipe, com o objetivo de compreender como se constrói um sujeito coletivo identificado como “irmãos” a partir da luta pela terra e da organização do trabalho. Fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e no debate sobre a questão agrária brasileira, abordando a função social da terra, a distinção entre ocupação e invasão e as contradições do desenvolvimento capitalista no campo. Adota abordagem qualitativa, com uso de observação participante, análise documental e metodologias participativas de reconstrução histórica, sistematizando a experiência do acampamento desde a ocupação da antiga Fazenda São José, em 2016, até a regularização fundiária em 2025. Os resultados evidenciam que a permanência das famílias no território decorre da organização coletiva diante da precariedade inicial, das crises hídricas e climáticas, da insegurança jurídica e dos impactos da pandemia de COVID-19, bem como da adoção de práticas agroecológicas, da realização de mutirões, da construção de redes de solidariedade e da articulação com políticas públicas. Demonstra que o trabalho compartilhado, a memória coletiva e a formação política fortalecem vínculos de pertencimento e consolidam práticas de autogestão. Conclui-se desse modo, que a condição de “irmãos” não emerge de laços meramente afetivos, mas de um processo histórico de luta, no qual a solidariedade material, a divisão coletiva do trabalho e a organização política constituem elementos centrais para a consolidação do assentamento e para a afirmação de um projeto coletivo de permanência no campo.

PALAVRAS-CHAVE: materialismo histórico-dialético; ocupação; reforma agrária; organização coletiva; reprodução social no campo.

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira permanece marcada por profundas desigualdades no acesso à terra e por disputas entre projetos distintos de uso do território. De um lado, predomina a expansão do agronegócio, sustentada pela concentração fundiária, pela financeirização da produção e pela subordinação às dinâmicas do mercado global. De outro, persistem experiências organizadas a partir da luta pela terra, que reivindicam a função social da propriedade e constroem formas alternativas de produção, trabalho e reprodução da vida no campo. É nesse contexto de contradições estruturais que se insere a experiência do Assentamento Emília Maria, no município de São Cristóvão, em Sergipe.

A formação de assentamentos rurais vinculados à reforma agrária não se reduz ao ato inicial da ocupação. Trata-se de um processo histórico, político e social que envolve planejamento, enfrentamento jurídico e a construção cotidiana de condições materiais de existência. A distinção entre ocupação e invasão, central no debate agrário, permite compreender essas experiências como intervenções políticas que afirmam o direito à moradia e ao trabalho. Entretanto, a trajetória do Assentamento Emília Maria, desde a ocupação da antiga Fazenda São José, em 2016, revela que a permanência no território foi condicionada por práticas de solidariedade e autogestão frente a crises hídricas, precariedade infraestrutural e insegurança jurídica.

A partir desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as vivências de privação e as estratégias de organização coletiva no Assentamento Emília Maria converteram a luta pela sobrevivência em uma identidade política de "fraternidade"? Para responder a essa questão, este trabalho tem como objetivo geral compreender a construção dessa fraternidade política, analisando como o trabalho e a luta pela terra contribuíram para a formação de um sujeito coletivo. Foram definidos como objetivos específicos mapear a trajetória histórica do território, abrangendo desde a ocupação da antiga Fazenda São José em 2016 até a regularização oficial e imissão de posse em 2025 ; identificar as práticas coletivas e estratégias de autogestão, como a realização de mutirões, a estruturação de redes de solidariedade e o fortalecimento da agroecologia, que garantiram a permanência das famílias frente às adversidades estruturais e hídricas ; e, por fim, analisar a interação entre a organização social local e a implementação de políticas públicas, observando de que maneira a pressão e a resistência do movimento redefiniram a atuação do Estado no interior do assentamento.

A justificativa deste estudo pauta-se na necessidade de documentar a resistência agrária em Sergipe, evidenciando que o sucesso de um assentamento ultrapassa a dimensão econômica, residindo na solidez das relações sociais estabelecidas.

Os resultados indicam que a coesão do grupo e a noção de "irmãos de luta" não decorrem apenas da posse da terra, mas da construção de redes de apoio mútuo que ressignificam o trabalho agrícola como um ato de autonomia e pertencimento. O fortalecimento de práticas agroecológicas e parcerias institucionais consolidou o território não apenas como espaço produtivo, mas como reduto de reprodução da vida e da política camponesa.

Por fim, este trabalho está estruturado em quatro seções principais: após esta introdução, o primeiro capítulo detalha o referencial teórico sobre a questão agrária; o segundo descreve o percurso metodológico e a caracterização da área empírica; o terceiro apresenta a análise da trajetória do assentamento; e, nas considerações finais, sintetizam-se os achados da pesquisa, reforçando o papel da fraternidade política na consolidação da reforma agrária.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Formação das Relações de Produção no Campo brasileiro.

O materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX, é uma abordagem filosófica e científica que busca compreender o movimento da história a partir das condições concretas da vida material. Para os autores, não são as ideias que moldam o mundo, mas as relações materiais que os seres humanos estabelecem entre si no processo de produção da vida.

Segundo Engels (2011, p. 33), é a forma como os seres humanos organizam a produção e a troca de bens que constitui a base sobre a qual se erguem as estruturas jurídicas, políticas e ideológicas de uma sociedade. Assim, a história das sociedades humanas é marcada por transformações que têm origem nas contradições entre as classes sociais, resultantes da disputa pelo controle dos meios de produção e das condições de trabalho (Marx, 2023; Engels, 2011).

Nesse contexto, o conceito de forças produtivas ocupa um papel central. Para Marx (1867), as forças produtivas representam o conjunto dos meios pelos quais a humanidade transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Isso inclui as ferramentas, máquinas, técnicas, recursos naturais e, sobretudo, o trabalho humano, que é o verdadeiro agente de transformação da matéria. O trabalho é entendido não apenas como atividade física, mas como uma ação intencional e socialmente mediada, onde se expressa a criatividade, a inteligência e a força coletiva dos trabalhadores.

Essas forças produtivas se articulam dentro de um conjunto de relações de produção, ou seja, formas historicamente determinadas que organizam quem detém os meios de produção e quem realiza o trabalho. As relações de produção definem como a sociedade se estrutura, como a riqueza é distribuída e como o poder se exerce no interior dela (Marx, 2023, p. 390-391).

Portanto, para o materialismo histórico-dialético, a dinâmica da história é impulsionada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as formas de organização social que se tornam obsoletas diante desse desenvolvimento. Quando essas contradições atingem certo grau, emergem lutas sociais e rupturas que abrem caminho para novas formas de organização da vida coletiva.

Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este

consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista (Marx, 2023, p.392).

Durante o período que compreende a idade média, o artesanato e a produção feudal, principais atividades da época, a propriedade dos produtos baseava-se no trabalho pessoal, de modo que o trabalhador era o responsável por controlar seu meio de produção e o produto oriundo dela pertencia a ele próprio. Não havia um valor usurpado por terceiros diretamente no processo produtivo, não havia diferença entre o valor daquilo que ele produzia e daquilo que ele recebia (Engels, 2011, p. 32-33), entretanto a exploração se caracterizava pela cobrança de tributos e impostos sobre a produção e a mercadoria. A virada para um novo sistema ocorreu com o declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia, um processo marcado historicamente pela Revolução Francesa. Esse período representou uma ruptura profunda com o modelo feudal, pois a produção passou a ser organizada de maneira coletiva e orientada para o mercado. Entretanto a burguesia gradativamente passou a centralizar e controlar os meios de produção os tornando propriedade privada, promovendo um salto no desenvolvimento das forças produtivas, porém alterando radicalmente as relações de mercado e trabalho.

Conforme Engels (2021), “os produtos, agora criados socialmente, não se tornaram propriedade daqueles que efetivamente acionaram os meios de produção [...] mas do capitalista”. No sistema de produção capitalista, o burguês que controla os meios de produção, exerce poder sobre o trabalhador. Como o trabalhador não possui esses meios, é forçado a vender sua força de trabalho, recebendo apenas uma parte do valor que gera, ou seja, seu salário. Em vez de receber o valor integral de sua produção, o trabalhador obtém uma fração, enquanto os bens produzidos passam a ser propriedade do capitalista. Assim, o trabalhador produz coletivamente, mas recebe menos do que o total gerado, e a diferença – a mais-valia – é apropriada pelo capitalista, que, por meio de práticas como a especulação, extrai parte do valor produzido. Dessa forma, a riqueza se concentra nas mãos de quem detém os meios de produção, isentando esses indivíduos da necessidade de trabalhar ativamente. Como apontado por Marx (2023, p.392), “o capitalista se apoia, portanto, na lei da troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador, ele busca extrair o máximo possível do valor de uso de sua mercadoria”.

O mecanismo de mais-valia produz efeitos sobre os trabalhadores, que, alienados, não se reconhecem no produto de seu trabalho. Assim, a relação entre trabalho e manutenção da vida social cotidiana acabam sendo desvincilhados, transformando o trabalho em mercadoria que, ao ser vendida, proporciona os meios para a manutenção da vida do trabalhador e não necessariamente o agente causal de mudanças em seu estilo de vida, o produto de seu trabalho

agora pertence a outrem, seja o lucro ou a matéria em si. O que determina a qualidade de vida das pessoas na sociedade capitalista atual acaba por ser o poder de compra, capaz de consumir o trabalho alheio, capaz de consumir o outro ser humano (Engels, 2011).

A dinâmica de classes no meio rural evidencia uma continuidade histórica de relações exploratórias, desde o período colonial até os arranjos produtivos contemporâneos, em que a mais-valia converte a força de trabalho em mercadoria. Nesse contexto, os trabalhadores rurais, alienados dos frutos de seu labor, restringem-se à reprodução biossocial, sem que a atividade produtiva transcenda sua condição material imediata (Engels, 2011, p.31). No Brasil, tal exploração estruturou-se historicamente mediante a escravização de povos originários e africanos e a expropriação territorial, seja por conflitos diretos, seja pela instrumentalização de divisões internas (Moura, 2022). Na contemporaneidade, os mecanismos de expropriação mantêm analogias com o período colonial, porém operacionalizados por um robusto complexo agroindustrial transnacional, integrado a cadeias globais de mercado e respaldado pela burocracia estatal alinhada aos interesses de oligopólios fundiários e corporativos, que financiam a presença de seus representantes no aparato do estado (Ramos Filho, 2013; Fossá et.al, 2022).

A extração de mais-valia absoluta (via jornadas exaustivas sem contrapartida salarial equivalente) e relativa (através da intensificação tecno processual ou *treadmill*), (Marx, 2023), submete camponeses à adoção compulsória de pacotes tecnológicos, financiados por crédito rural com juros expressivos. A desestruturação crônica das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), aliada à fragilidade institucional dos órgãos fiscalizadores e à insuficiência formativa, expõe os produtores a mecanismos de endividamento sistêmico e prejuízos operacionais, resultando na precarização da capacidade produtiva dos lotes e, conseqüentemente, em processos de alienação territorial ou abandono de áreas cultiváveis. Paralelamente, a centralização de infraestruturas de bem-estar social em núcleos urbanos reforça a marginalização do rural, estereotipado como espaço de atraso (Ramos Filho, 2013; Duarte e Da Silva, 2017).

Essa dicotomia sustenta o modelo agroexportador, que monopoliza o acesso a insumos estratégicos (água, energia, logística) e serviços públicos, aprofundando assimetrias e restringindo o exercício pleno de direitos socioeconômicos pelos pequenos produtores, com reflexos diretos na precarização de suas condições existenciais (Duarte e Da Silva, 2017).

O desenvolvimento histórico do capitalismo inaugurou, além das formas clássicas de mais-valia, o fenômeno do exército industrial de reserva e da acumulação primitiva. Conforme

exposto em Marx (2023, Livro I, Cap. 23-24), a apreensão violenta das terras e a expropriação dos camponeses foram condições estruturais para a consolidação do modo de produção capitalista: milhares de pequenos produtores foram destituídos de seus meios de subsistência e lançados como “indigentes livres” ao mercado de trabalho, criando um estoque permanente de força de trabalho disponível.

Ainda de acordo com Marx (2023), esse exército de reserva disciplinou o salário para baixo, ao gerar oferta superior à demanda; simultaneamente, a acumulação primitiva, marcada pela violência colonial e escravista, constituiu o “pecado original” do capital, pois extraiu os recursos naturais e humanos sem reparação. Essa dinâmica histórica revela que o capitalismo não se desenvolve meramente por aprimoramento técnico ou reorganização produtiva, mas por meio de ruptura violenta das relações pré-capitalistas, exigindo uma análise materialista que considere a dimensão política e de classe desse processo. Desse modo, é importante levarmos em consideração que

[...] com exceção do Estado primitivo, toda a história anterior era a história das lutas de classes, e que essas classes sociais em luta entre si eram em todas as épocas fruto das relações de produção e de troca, isto é, das relações econômicas de sua época; que a estrutura econômica da sociedade em cada época da história constitui, portanto, a base real cujas propriedades explicam, em última análise, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc., de cada período histórico (Engels, 2011, p.31).

A análise das relações de produção rural no Brasil exige reconhecer a racialização da acumulação primitiva e o caráter reprodutivo da opressão capitalista. Marx (2023, Livro I, Cap. 24) demonstra que a consolidação do capital envolveu expropriação forçada e tráfico de corpos escravizados, processo que, no Brasil, adquiriu dimensão racial: povos africanos e indígenas foram submetidos ao trabalho gratuito, gerando lucros iniciais que financiaram a expansão do agronegócio. Em complemento, estudos de Moura (2022) mostram que a mais-valia racializada não se limita ao trabalho agrícola, mas também ao trabalho reprodutivo não remunerado de mulheres negras, central para a reprodução da força de trabalho familiar. Assim, a exploração capitalista no campo articula extração de trabalho vivo e expropriação de corpos e saberes ancestrais.

A escravização de povos africanos e o extermínio indígena foi a principal ferramenta para acúmulo primitivo capital das grandes potências europeias (Inglaterra, Espanha, Portugal, etc), a descoberta de um novo território “inexplorado” juntamente de uma nova “*commodity*” (escravizados) foi o que movimentou o mercado internacional durante mais de 4 séculos,

fundamentando as bases para estabelecer o capitalismo como sistema de produção mundial. Essa relação escravista personifica o germe da luta de classes brasileira: de um lado, pessoas em condição de mercadoria, forçados a produzir sob condições inumanas; de outro, os senhores de engenho, donos de companhias marítimas de tráfico humano, e cia, classe da época que acumulava riquezas através dessa população sob jugo (Moura, 2022).

Contudo, é crucial destacar a contraposição dos quilombos nesse contexto, dado que eles emergiram como espaços de liberdade para aqueles marginalizados pela sociedade da época. Como afirma Moura (2022, p.31), “em seu núcleo convergiam elementos igualmente oprimidos pela sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados”. Inicialmente, os quilombos agiam por meio de ataques estratégicos; no entanto, com o tempo, sua organização evoluiu para uma formação de tropas regulares, voltadas à proteção do território, da população e da economia local, assim, sua organização passou a ser centralizada dentro de um contexto militar, já que havia uma necessidade de se proteger constantemente da repressão de senhores.

Ao construir uma sociedade sem divisões de classe, os quilombos se baseavam na equidade, na qual a produção era coletiva e voltada para as necessidades da comunidade, realizada por meio da agricultura cooperativa, caça, artesanato e comércio em pequena escala – sempre com divisão comunitária de tarefas e recursos –, o que garantia não apenas sua autossustentação, mas também demonstrava a viabilidade de uma sociedade igualitária, na qual os frutos do trabalho beneficiavam diretamente todos os membros da comunidade, sem mediação de classes dominantes (Moura, 2022).

Tal estrutura desafiava diretamente o sistema latifundiário, que se consolidou no Brasil após a transição das sesmarias para o latifúndio por volta de 1860. Diante da iminente abolição, quando a possibilidade de integração dos ex-escravizados através da distribuição de terras pelo Estado preocupava políticos e latifundiários, a legislação vigente assegurava que as terras públicas só poderiam ser adquiridas mediante compra - nunca como reparação histórica. Como destaca Moura (2024, p. 105-107), os libertos, desprovidos de capital e direitos, viam-se impossibilitados de acessar a terra, que permanecia uma 'mercadoria inalcançável'.

Desse modo, enquanto os quilombos representavam um modelo alternativo de organização social, a Lei de Terras de 1850 e o regime latifundiário atuavam como mecanismos para impedir que os negros libertos exigissem reparação histórica após a abolição em 1888.

Embora o latifúndio tenha formalmente "democratizado" a compra de terras, na prática, ele garantiu o acesso apenas a imigrantes europeus, excluindo os ex-escravizados de qualquer

direito à propriedade. Sem políticas de redistribuição, os negros libertos foram lançados à marginalização, enquanto a terra permanecia concentrada nas mãos da elite agrária. Dessa forma, enquanto os quilombos provavam a viabilidade de uma sociedade igualitária, o Estado brasileiro estruturou seu sistema fundiário para perpetuar a desigualdade racial e econômica, ou seja, os frutos do trabalho pertenciam àqueles que os produziam, abolindo a figura do proprietário explorador e a consequente concentração de riquezas (Moura, 2024, p. 105-107) .

Mesmo caracterizando-se primordialmente como uma resistência étnico-racial, a luta quilombola transcende essa dimensão ao assumir claros contornos de conflito de classe. Representando simultaneamente a oposição à exploração econômica do sistema escravagista e a afirmação de identidades culturais negras, as comunidades quilombolas coloniais organizavam-se segundo princípios coletivistas. Suas estruturas sociais eliminavam relações de exploração e propriedade privada dos meios de produção, estabelecendo em seu lugar sistemas participativos que frequentemente incorporavam tradições africanas (Moura, 2022; Durans, 2021).

A Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850 por D. Pedro II, representou um marco na história fundiária do Brasil ao estabelecer a compra como a principal forma de acesso à propriedade da terra, extinguindo o regime de sesmarias e dificultando a posse por meio da ocupação, introduzindo deste modo o conceito de propriedade privada. Contextualizada pela pressão do fim do tráfico negreiro e pela crescente imigração europeia, essa legislação visava regularizar a situação fundiária, impulsionar a economia agroexportadora e, sobretudo, consolidar o poder dos grandes proprietários, restringindo o acesso à terra para ex-escravizados, o que contribuiu significativamente para a concentração de terras que marca a estrutura agrária brasileira até os dias atuais (Moura, 2022).

Vejamos, então, o mecanismo montado para preservar os interesses dos senhores fundiários diante da iminente Abolição: enquanto a possibilidade de integração dos ex-escravos via doação de terras pelo Estado era uma preocupação latente entre políticos e latifundiários, a legislação vigente garantia que as terras públicas só poderiam ser adquiridas por meio de concessões controladas — jamais como reparação histórica aos libertos. Como destaca Moura (2024, p. 105-107), os escravizados, libertos sem capital ou direitos, viam-se impossibilitados de acessar a terra, que permanecia uma "mercadoria inalcançável".

Em contraste, colonos estrangeiros, apoiados por recursos financeiros e redes de solidariedade, podiam adquirir terras, consolidando uma estratificação social deliberada: no topo, os latifundiários e imigrantes proprietários; na base, negros libertos e camponeses

mestiços condenados à exclusão fundiária. Essa dinâmica assegurou que a Abolição, longe de ser um projeto de inclusão, reproduzisse a dependência econômica dos egressos do cativeiro, agora transformados em uma massa de trabalhadores sem-terra.

Segundo Moura (2022), essa relação escravista personifica o germe da luta de classes brasileira: de um lado, sujeitos reduzidos à condição de mercadoria, forçados a produzir sob condições inumanas; de outro, os senhores de engenho e proprietários de companhias marítimas de tráfico humano, classe que acumulava riquezas precisamente através do jugo sobre essa população. Enquanto o Estado e as elites garantiam que a estrutura agrária colonial permanecesse intocada, os quilombos representavam o contraponto a essa lógica, configurando-se como a concretização de formas mais igualitárias de organização social. Conforme apontam Moura (2022) e Durans (2021), ao rejeitarem o sistema de latifúndios dos sesmeiros, os quilombos adotaram a posse comunal e a economia familiar de subsistência, onde o excedente da produção era revertido para a riqueza social e para a autodefesa do sistema coletivo.

Após a abolição da escravidão em 1888, as comunidades quilombolas continuaram enfrentando exclusão territorial e social, agora sob novas dinâmicas econômicas, como a expansão do capitalismo agrário e a consolidação do Estado nacional brasileiro. A Constituição de 1988, em seu Artigo 68, reconheceu formalmente o direito à terra dessas comunidades, fruto de lutas históricas por reparação (Brasil, 1988). Contudo, a implementação desse direito foi lenta: menos de 10% das terras quilombolas foram tituladas até 2019, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Essa demora reflete a persistência de estruturas colonialistas, que identifica na morosidade burocrática uma estratégia de manutenção do poder por elites locais e setores do agronegócio.

2.2. Governos da Nova República e Políticas Públicas: O agricultor familiar e a reforma agrária

A dinâmica em questão resgata e atualiza narrativas históricas como, por exemplo, as que associam o Nordeste brasileiro a um imaginário de "atraso", herança de visões coloniais e de projetos políticos como a "indústria da seca". O que, por décadas, instrumentalizou a vulnerabilidade socioambiental da região para justificar intervenções centralizadas. Nesse contexto, megaprojetos de infraestrutura, de linhas de transmissão a complexos logísticos, são reinseridos no discurso público como símbolos de um "desenvolvimento salvador", alinhados

a uma lógica desenvolvimentista do século XX, que enxerga a modernização física como sinônimo de progresso social (Favero, 2016).

Essa retórica, contudo, ignora tanto a complexidade cultural e ecológica do território quanto os custos humanos de tais. Enquanto se promove a imagem de uma região a ser "integrada" ao futuro, comunidades tradicionais, quilombolas, pescadores e camponeses enfrentam deslocamentos forçados, perda de modos de vida ancestrais e a degradação de biomas críticos, como a Caatinga e o Cerrado (Favero, 2016). Paralelamente, o Estado utiliza esses espaços como campos de experimentação para políticas focalistas, como os programas de transferência de renda, que, embora aliviem a pobreza imediata, frequentemente reforçam dependências e obscurecem demandas estruturais por reforma agrária, acesso à água e soberania territorial.

Nesse processo de reconfiguração das políticas para o campo, consolida-se também a categoria de "agricultura familiar" como enquadramento institucional dominante, deslocando a centralidade histórica do campesinato enquanto sujeito político da luta pela terra. Conforme demonstra Cabral, a incorporação dessa categoria não se limita a um reconhecimento sociológico, mas opera como mecanismo de reordenamento produtivo e ideológico, ao submeter os trabalhadores rurais às políticas de crédito, assistência técnica e integração mercantil, redefinindo sua inserção territorial sob parâmetros empresariais (Cabral, 2019, p. 147–153). Ao substituir a identidade camponesa — associada à autonomia relativa, à produção voltada à reprodução social e à territorialidade própria — pela noção de agricultor familiar, o Estado reclassifica esses sujeitos como unidades econômicas a serem financiadas e monitoradas, deslocando o eixo da luta pela terra para a gestão da pequena propriedade endividada.

Cabral evidencia que esse movimento está articulado à financeirização das políticas agrárias, nas quais o acesso à terra e à permanência produtiva passa a ser mediado pelo crédito rural e por programas estruturados sob lógica bancária (p. 182–189). Nessa dinâmica, a dependência financeira não é um efeito colateral, mas parte constitutiva do modelo: o crédito substitui a desapropriação como instrumento central, internalizando o risco da produção nas famílias e convertendo a terra em ativo produtivo subordinado às exigências do mercado.

É nesse contexto que o autor trabalha a diferenciação interna no interior da chamada agricultura familiar, destacando a formação dos chamados "agricultores consolidados", aqueles plenamente integrados às cadeias agroindustriais, tecnicamente adaptados e funcionalmente alinhados à racionalidade do capital (Cabral, 2019, p. 211–218). Essa consolidação, contudo,

não representa fortalecimento do campesinato, mas sua transformação em segmento subordinado da produção capitalista, operando sob contratos, metas produtivas e dependência de insumos industriais. A permanência na terra, nesses casos, ocorre mediante adequação às exigências do mercado, e não como expressão de um projeto territorial autônomo.

Desse modo, a categoria “agricultura familiar” funciona como mediação institucional que dilui o conteúdo político da identidade camponesa, enquadrando-a como fração produtiva integrada e potencialmente convertível em novo proletariado rural, ainda que formalmente proprietária. A subordinação via crédito, assistência técnica padronizada e integração contratual reconfigura a relação desses sujeitos com a terra, deslocando-os da condição de protagonistas da reforma agrária para operadores de pequenas unidades empresariais dependentes, sob tutela financeira e técnica do Estado e do mercado (Cabral, 2019, p. 147–218).

Assim, sob o verniz do progresso, perpetua-se uma colonialidade do poder: o Nordeste segue sendo visto como objeto a ser moldado por agentes externos, enquanto suas populações tradicionais são reduzidas a beneficiárias passivas de um projeto de modernização que não dialoga com suas epistemologias e direitos (Favero, 2016). A crítica, portanto, não é à infraestrutura em si, mas ao modelo que a impõe como panaceia, desconsiderando que o verdadeiro desenvolvimento exige democratização das decisões, justiça ambiental e o reconhecimento da pluralidade de futuros possíveis para a região. Segundo o autor:

Essas iniciativas, embora aliviem carências imediatas, deslocam populações rurais da produção de alimentos para a dependência de recursos monetários e do consumo, reconfigurando-se como uma fronteira de expansão do capital — onde o suposto avanço esconde a perpetuação de desigualdades estruturais, de modo que com esse desenvolvimento se desencadeia uma destruição criativa dos saberes dessas pessoas, transformando-os de produtores de alimentos em beneficiários e consumidores ao desmancharem seus modos de produção de vida que estão centralizados na produção de bens para o consumo próprio (Favero, 2016).

O contexto da produção de alimentos no Brasil é caracterizado por um histórico paradoxo estrutural: a extrema abundância agrícola coexiste com a escassez e a vulnerabilidade nutricional de uma parcela significativa da população. Embora o país possua uma vasta extensão de terras agricultáveis e seja um dos líderes globais na produção primária, carrega "marcas profundas de fome e desigualdade" (Carvalho, 2025, p. 10). Nesse sentido, a fome no Brasil não decorre puramente da falta de alimentos, mas deve ser compreendida como o resultado de um conjunto de fatores estruturais e políticos que afetam, sobretudo, os grupos sociais historicamente marginalizados (Carvalho, 2025, p. 55).

A fome no Brasil não pode ser explicada puramente por uma questão de escassez de alimentos, ela deve ser compreendida como resultado de um conjunto de fatores estruturais e políticos que afetam principalmente os grupos sociais historicamente marginalizados (Carvalho, 2025, p.55).

As raízes desse cenário remontam à formação territorial no Brasil Colônia, período em que a ocupação das terras mais férteis foi direcionada prioritariamente à economia agroexportadora, a exemplo da monocultura da cana-de-açúcar. Essa priorização resultou no "descaso com os cultivos de subsistência e a criação animal", provocando frequente escassez de alimentos para o mercado interno (Camargo; Baccarin; Silva, 2016, p. 35). Essa lógica produtiva excludente consolidou-se ao longo dos séculos por meio da intensa concentração fundiária, culminando no atual regime alimentar corporativo.

Nesse modelo hegemônico impulsionado pelas grandes corporações, o alimento deixa de ser compreendido como um direito essencial à vida e passa a ser tratado estritamente como uma oportunidade de negócio, visando à maximização de lucros e à acumulação de riquezas, o que marginaliza os produtores locais e desestrutura a soberania alimentar do país (Carvalho, 2025, p. 23-24).

Em franco contraste com o agronegócio encontra-se a agricultura camponesa, "responsável por grande parte da oferta de alimentos básicos no país" (Carvalho, 2025, p. 41). São esses pequenos e médios produtores que, mesmo operando à margem das grandes políticas de incentivos do Estado, salvaguardam o fornecimento do mercado doméstico. A disparidade de apoio governamental agrava a desigualdade no campo, uma vez que:

Esses inúmeros benefícios financeiros e fiscais, fomentados por arranjos políticos são refletidos através dos créditos concedidos às empresas comerciais exportadoras, que contribuem com a manutenção desse quadro de fome, levando ao enfraquecimento dos movimentos socioterritoriais camponeses, visto que grande parte dos alimentos que chegam a nossas mesas vem da produção camponesa (Carvalho, 2025, p. 25).

Apesar desse enfraquecimento institucional, são os camponeses os sujeitos que dedicam seu trabalho, aliando saberes tradicionais a práticas adaptadas localmente, para garantir a produção de alimentos saudáveis e o suprimento efetivo das necessidades alimentares da população (Camargo; Baccarin; Silva, 2016, p. 36).

É nesse contexto de resistência que se insere a luta pela soberania alimentar. Segundo o Pacto Contra a Fome (s.d.), "soberania é o poder de um povo determinar seu próprio destino", transcendendo uma mera diretriz econômica para defender "o acesso a alimentos saudáveis e adequados como um direito humano fundamental". Como proposta de autonomia, esse conceito ganhou força e projeção internacional ao ser adotado pela La Via Campesina nos anos 1990,

representando "a um só tempo a essência do modo de produção e de vida camponês e o mote da luta contra o mercado globalizado de alimentos" (Camargo; Baccarin; Silva, 2016, p. 34).

Os verdadeiros construtores dessa soberania, a exemplo do Movimento Camponês Popular (MCP), promovem a agroecologia, a preservação de sementes crioulas e o direito à terra. Eles operam como atores centrais em um projeto que reivindica "o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva" (Carvalho, 2025, p. 95-97). Assim, a soberania alimentar firma-se nesses coletivos populares, que lutam cotidianamente por um sistema agroalimentar socialmente justo, equitativo e ecologicamente sustentável.

Conforme afirmamos anteriormente, a expansão do capitalismo no campo ao mesmo tempo em que provoca a eliminação do campesinato, produz contraditoriamente (ou propositadamente) instrumentos de criação e recriação do campesinato, que são mantidos sob o seu controle, a exemplo dos expedientes de arredondamento de terras e a reforma agrária do mercado (Ramos Filho, 2013, p. 55).

A esse movimento, Ramos Filho (2013) remete a questão da (des)(re)territorialização do campesinato por meio das políticas de crédito fundiário como uma "contrarreforma agrária", tendo em vista que ela fortalece o agronegócio e a concentração de terras, mas também opera uma desterritorialização ao substituir a reforma agrária por migalhas assistencialistas, esvazia-se a luta pela terra como projeto político, convertendo camponeses em pobres rurais a serem "gerenciados" (Ramos Filho, 2013; Favero, 2016).

Ao implementar essas ações neoliberais e se deparar com a mais profunda pobreza, o sistema de capital passou a adotar uma falsa postura de preocupação humanitária com os efeitos de suas políticas. Desse modo, na tentativa de esconder esses impactos, foram difundidos programas de microcréditos por agências multilaterais. Assim, essa desterritorialização foi impulsionada por mecanismos como as políticas fundiárias do Banco Mundial (BM), particularmente as implementadas entre 1987 e 1996 - o Projeto de Combate à Pobreza Rural no Ceará (PCPR) e o Projeto São José (PSJ), este último denominado "Reforma Agrária Solidária". Essas iniciativas, ao concederem benefícios limitados aos camponeses, buscavam, na verdade, obter em troca o esvaziamento político da demanda por reforma agrária, transformando-a em mera assistência social (Ramos Filho, 2013; Duarte e Da Silva, 2017). No que diz respeito ao

[...] nível nacional, o projeto neoliberal ganhou força com o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como forma de oposição os movimentos socioterritoriais camponeses, especialmente o MST e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), intensificaram a luta pela terra com

vista a realizar a pressão necessária para avançar a reforma agrária e a oposição ao projeto político-econômico em curso, FRENTE a isto, a classe dos latifundiários respondeu com violência e graves descumprimentos aos direitos humanos (Ramos Filho, 2013).

A financeirização da agricultura refere-se ao crescente controle do capital financeiro sobre todos os aspectos da produção rural, transformando a terra, os insumos, equipamentos, trabalhadores, cultivares, cultura, tradições e quaisquer outros elementos relativos a produção e reprodução da vida em ativos especulativos. Como apontado por Fossá et.al (2022), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, foi uma política que teoricamente visava fortalecer o camponês, operando como linha de crédito para financiar e custear investimentos. No entanto, sua implementação revelou seu real caráter. O programa acabava sendo direcionado para agricultores consolidados, especialmente no Sul brasileiro, onde cooperativas e cadeias agroindustriais (como avicultura e soja) dominam, fator que dificultava o acesso para camponeses com menor capitalização. O programa também exigia juros e garantias dos produtores, tornando-o mais acessível a produtores integrados ao agronegócio, que têm renda estável para pagamento.

Essas exigências impactavam diretamente a vida desses camponeses, que se endividavam para comprar insumos e afins, além dos impactos na natureza com o incentivo de monoculturas, como soja e milho, em detrimento da diversificação da produção camponesa. Desse modo, apesar de ter sido criado para combater a exclusão do crédito rural, o PRONAF revela seus limites ao repetir antigos padrões de exclusão, exigindo juros e vinculando-se a cadeias globais, transformando os camponeses em subordinados do capital financeiro, além de reforçar desigualdades territoriais e a concentração de renda no campo (Fossá et.al, 2022). Corroborando com o autor, Duarte e Da Silva (2017, p.152), afirmam que

No Brasil, a concessão de crédito popular estimulado pelo aparelho estatal iniciou-se ainda na era FHC e se expandiu com o governo Lula, período no qual surgiu o programa de Inclusão Produtiva Rural Agroamigo do Banco do Nordeste (BNB) (Duarte e Da Silva, 2017, p. 152).

Com o surgimento do Programa de Inclusão Produtiva Rural Agroamigo, mantendo o que já era executado no governo de Fernando Henrique Cardoso, somada a ideia de combata a pobreza por meio do capital, levaram aos camponeses e pequenos agricultores, muitas vezes beneficiários de programas governamentais como o Bolsa Família, a recorrerem ao microcrédito para custear atividades produtivas. Porém, estes acabam por enfrentar dificuldades

para honrar os pagamentos devido às condições adversas (como mudanças climáticas e oscilações de mercado), resultando assim em uma inadimplência que os mantém dependentes de intermediários financeiros ("agroamigos") e reforça a subordinação ao capital financeiro, aprofundando as desigualdades sociais no campo (Duarte e Da Silva, 2017).

Conforme os mesmos autores isso ocorre devido a dicotomia entre o acúmulo de riqueza *versus* miséria, visto que a especificidade do capitalismo é a sua qualidade do sistema produtor de mais-valia. Estes movimentos de políticas fundiárias acendem um alerta para as motivações que levam os camponeses e pequenos agricultores a aderirem a programas de crédito que os levam a um ciclo de endividamento. A proletarização no campo ocorre quando camponeses e pequenos agricultores perdem o acesso à terra e passam a vender sua força de trabalho, seja no próprio agronegócio, seja em atividades urbanas. Favero (2016), destaca que, no semiárido nordestino, a combinação entre seca, concentração fundiária e políticas assistencialistas contribui para a desestruturação das economias camponesas, levando muitos à migração ou ao trabalho precário.

Essa dinâmica está associada ao avanço do agronegócio, que substitui a mão de obra familiar por mecanização e trabalho temporário, aprofundando a precarização. A financeirização e a expansão do latifúndio aceleram esse processo, transformando antigos camponeses em trabalhadores rurais sem-terra ou em migrantes em busca de sobrevivência nas periferias urbanas.

Segundo Netto *apud* Santos e Silva (2017), a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 demonstrou na prática o caráter ideológico neoliberal do cenário político brasileiro, pois, um governo historicamente vinculado às lutas sociais, passou a executar políticas alinhadas ao capital financeiro, antes combatidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar da retórica de mudança, as demandas do capitalismo em crise foram implementadas sem resistência, mantendo-se a ortodoxia econômica herdada do governo Fernando Henrique Cardoso. No segundo mandato, com a melhora de indicadores sociais e um tímido crescimento econômico, o presidente Lula tentou resgatar o ideário desenvolvimentista dos anos 1930, gerando debates entre analistas: alguns viram ali uma ruptura com o neoliberalismo, enquanto outros argumentaram que o PT apenas aprofundou a política macroeconômica de seu antecessor, sem romper com a lógica financeirizada. De acordo com Santos e Silva (2017)

O diferencial em termos de conjuntura com a posse de Lula em 2003, conforme sinaliza Netto (2004), que a política imposta pelo capital financeiro passou a ser executada por um governo que antes a combatia. Assim, as proposições do capitalismo em crise não encontram nenhum impedimento para serem implementadas. (Santos e Silva, 2017).

A política econômica dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff priorizou o agronegócio como principal gerador de divisas, reforçando o papel do Brasil como exportador de matérias-primas pouco processadas na divisão internacional do trabalho. O chamado "novo desenvolvimentismo" reproduziu o modelo de crescimento voltado para as exportações, defendido pelo Banco Mundial nos anos 1980, sem enfrentar questões estruturais como a concentração de terras e a desigualdade tributária. Dessa forma, a reforma agrária, enquanto proposta redistributiva, foi substituída por políticas de "desenvolvimento agrário" que privilegiam o acesso ao crédito em detrimento da democratização da terra. As reformas implementadas limitaram-se a mitigar efeitos da desigualdade, sem alterar a dinâmica de acumulação, mantendo o país subordinado aos interesses do capital financeiro e do agronegócio, em detrimento de um projeto soberano de desenvolvimento (Netto *apud* Santos e Silva, 2017).

A trajetória do governo de Jair Bolsonaro em relação à política agrária representou um "profundo e continuado processo de desmonte de capacidades estatais" e de supressão de políticas públicas redistributivas direcionadas ao campo (Campos, 2023, p. 58; Anunciação, 2024, p. 1-2).

Desde o início de sua gestão, houve um claro alinhamento com a agenda neoliberal ortodoxa, o que resultou na redução estrutural das políticas de acesso à terra para favorecer a expansão do mercado privado e do agronegócio (Campos, 2023, p. 41; Anunciação, 2024, p. 5). Uma das primeiras e mais sintomáticas mudanças foi a transferência do INCRA para a estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), este comandado por representantes patronais ruralistas, de modo a subordinar as ações de reforma agrária estritamente aos interesses da agroexportação (Campos, 2023, p. 53; Anunciação, 2024, p. 5).

Logo no primeiro mês de mandato, o governo evidenciou sua postura hostil à democratização do acesso à terra ao suspender a reforma agrária por tempo indeterminado (Camargos; Junqueira, 2019). Conforme Campos (2023, p. 55), "em 3 de janeiro de 2019 circulou internamente no INCRA [...] um memorando que determinava a interrupção de todos os processos para compra e desapropriação de terras". Essa paralisação gerou uma queda vertiginosa nos números estatais: enquanto governos passados incorporavam centenas de milhares de hectares mensais ao programa nacional de reforma agrária, o governo Bolsonaro incorporou inexpressivos 2,8 mil hectares de terra em mais de três anos de gestão (Bragon; Holanda, 2022 *apud* Anunciação, 2024, p. 4).

Esse desmonte institucional foi amparado por uma drástica asfixia financeira que atingiu tanto a aquisição de imóveis rurais quanto as políticas para a agricultura familiar. O orçamento para a obtenção de terras sofreu cortes sucessivos, de modo que, "em comparação com 2015, último ano completo do governo petista, quando o valor destinado era de R\$ 800 milhões, houve redução de 95%" (Campos, 2023, p. 55; Camargos; Junqueira, 2019). Consequentemente, Fernandes et al. (2020, p. 343) apontam que 2019 inaugurou o pior período histórico para a política fundiária desde 1985, destacando que naquele ano "nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi decretada para fins de Reforma Agrária". Somado a isso, o incipiente fomento à pequena produção foi golpeado pela Medida Provisória nº 870, a qual "exterminou a Secretaria Especial de Agricultura Familiar" (Fernandes et al., 2020, p. 345). Na prática, ao esvaziar o INCRA, inviabilizar a redistribuição e extinguir órgãos fundamentais, o governo instrumentalizou ativamente a paralisação da política pública.

Em substituição à criação de novos assentamentos, a principal marca da gestão Bolsonaro para o campo tornou-se o programa Titula Brasil, formalizado no final de 2020 através do Decreto nº 10.592 e da Portaria Conjunta nº 1 (Anúnciação, 2024, p. 3-4). O objetivo oficial do programa era apoiar a titulação de assentamentos e de áreas públicas rurais por meio de parcerias com os municípios, o que foi viabilizado através da criação dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRF) (Anúnciação, 2024, p. 4). No entanto, sob o pretexto de conferir celeridade e reduzir a burocracia governamental, o programa consistiu na "engrenagem jurídica fundamental para pôr em prática uma tentativa de privatização completa do campo brasileiro", fortalecendo a regularização fundiária estritamente em favor da mercantilização (Anúnciação, 2024, p. 5).

A execução do Titula Brasil é duramente criticada por ludibriar as famílias assentadas e forçar a privatização das áreas de reforma agrária. Embora o governo tenha celebrado a marca de mais de 450 mil documentos distribuídos entre 2019 e 2022, a imensa maioria não consistia em Títulos de Domínio (TD) definitivos ou em Concessões de Direito Real de Uso (CDRU), modelo que preserva a obrigação do Estado, mas sim em meros Contratos de Concessão de Uso (CCU), que são documentos de ocupação provisória (Anúnciação, 2024, p. 3-7). Movimentos sociais, como o MST, denunciaram que a entrega massiva de títulos definitivos (quando ocorria) deixava as famílias "sem-terra novamente", visto que a titulação privada exige o Estado de suas obrigações de fomento e permite que a terra seja "penhorada por bancos" por endividamento, ou vendida sob pressão do latifúndio, fragmentando o direito de herança das futuras gerações camponesas (Engelmann; Hackbardt, 2023; Anúnciação, 2024, p. 5).

No âmbito sociopolítico, a paralisia da redistribuição de terras ocorreu simultaneamente a um discurso oficial voltado à criminalização ostensiva dos movimentos socioterritoriais, como o MST, e de povos indígenas e quilombolas (Fernandes et al., 2020, p. 345; Anunciação, 2024, p. 6). A agressividade do Executivo chegou ao ponto de defender publicamente que latifundiários "devem reagir a bala aos ocupantes de terra" (Fernandes et al., 2020, p. 345). Como resultado imediato dessa legitimação institucional da violência e da total liberdade garantida ao agronegócio, as invasões camponesas caíram para o menor patamar histórico, enquanto "o aumento progressivo dos conflitos no campo, em especial aqueles por terras", multiplicaram despejos com uso de força policial e ataques armados (Fernandes et al., 2020, p. 340; Anunciação, 2024, p. 7).

Por fim, a instauração dessa contrarreforma desestruturou redes vitais para a educação do campo e para a segurança alimentar no Brasil. Sendo um grave retrocesso o desmantelamento de instrumentos de inclusão como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), historicamente responsável por garantir o acesso de assentados ao ensino técnico e superior. Constata-se também que o forte contingenciamento em programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) prejudicou severamente a agricultura familiar, setor reconhecido como o verdadeiro responsável pelo suprimento interno da maior parte dos produtos básicos consumidos por nós, brasileiros (Anunciação, 2024, p. 8).

Deste modo, fica claro que o encarecimento das condições de produção para o modelo camponês e o foco exclusivo governamental no agronegócio exportador aprofundaram as desigualdades e impulsionaram a inflação alimentar, acompanhando ativamente "o aumento dos percentuais de pobreza, miséria e fome" que a nossa sociedade vivenciou no período (Campos, 2023, p. 58).

No marxismo-leninismo, o Estado burguês não se reduz a um aparelho unívoco de repressão, mas configura-se como arena contraditória de disputa que combina concessões e coerção. A partir de Engels (2011), compreende-se que o aparato de Estado produz e reproduz a hegemonia burguesa ao oferecer, de um lado, políticas públicas e programas sociais, como crédito rural subsidiado e assentamentos, e, de outro, sustentar juridicamente a concentração fundiária e a estrutura latifundiária historicamente construída (Lei de Terras de 1850). Essa contradição abre brechas para lutas populares, mas impõe limites, já que todas as reformas ocorrem dentro dos marcos da manutenção da ordem capitalista. Em suma, o Estado rural deve ser analisado dialeticamente: tanto como espaço de dominação, que regula e disciplina o

campesinato, quanto como campo de conflitos, onde é possível conquistar medidas que reforcem a mobilização e a centralização dos assentados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu como resposta à falência das políticas neoliberais no campo. Sua origem, precedida pelo golpe de Estado militar, se deu a partir da intensificação das relações capitalistas no campo, como forma de resistência às repressões militares e como luta pela terra, conforme apontado por Ramos Filho:

O desenvolvimento das relações capitalistas no campo intensificou o processo de exploração, expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais, camponeses, arrendatários, parceiros, meeiros etc. Multiplicaram-se, portanto, as conflitualidades no campo, de maneira que o campesinato, mesmo com as violentas repressões praticadas pelos militares, seguiu realizando diferentes formas de luta em todo o território nacional, construindo novas possibilidades no campo (Ramos Filho, 2013).

Enquanto o Estado promovia a imagem do crédito fundiário e programas de ajuda como solução paliativa que em nada ajuda a vida do camponês, o MST defendia a reforma agrária popular e a socialização dos meios de produção. A reforma agrária, tema central da luta do MST, é entendida como uma redistribuição de terras para promover justiça social e desenvolvimento rural, todavia, sua implementação no Brasil tem sido lenta e conflituosa (De Sousa, 2009).

Governos como os de José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva avançaram na criação de assentamentos, mas sem alterar significativamente a estrutura fundiária concentrada. O MST critica o modelo adotado, que muitas vezes resulta em lotes pequenos e sem infraestrutura, limitando a autonomia das famílias assentadas. A luta pela terra, portanto, não se limita à posse, mas envolve a disputa por um modelo de desenvolvimento que rompa com a subordinação ao capital financeiro (De Sousa, 2009).

A organização dos assentamentos constitui, em si mesma, um processo pedagógico revolucionário. Inspirados por Freire (1975), podemos afirmar que a educação popular não se limita a eventos formais, mas emerge do próprio cotidiano de mobilização: ocupação da terra, reuniões de base, planejamento coletivo de culturas e debates sobre gestão de crédito, formam “escolas de *práxis*” onde se produz consciência de classe. Paralelamente, por meio de rádios comunitárias, festas e mutirões, constrói-se uma contra-hegemonia cultural que disputa valores com o capitalismo agrário, reinventando símbolos do campo e fortalecendo identidades camponesas organizadas em torno da solidariedade. Dessa forma, os assentados aprendem, simultaneamente, técnicas da agroecologia e princípios de ação coletiva, tornando o assentamento um possível laboratório de construção socialista. Mas para isso é preciso haver a

intenção de romper com o sistema capitalista e a adesão consciente da luta pela construção do socialismo, como elabora Lênin (1977).

Em Sergipe, estado com histórica concentração de terras, o MST e outros movimentos organizam acampamentos e lutas pela terra. A pesquisa de De Sousa (2009) revela que, apesar dos avanços, a reforma agrária não desconcentrou a terra, mas gerou minifúndios, com desafios como falta de assistência técnica e crédito. As famílias assentadas, embora satisfeitas em comparação à vida anterior, ainda enfrentam limitações, indicando que a reforma agrária precisa ser qualificada para promover autonomia e qualidade de vida.

A pobreza rural e a dependência de programas governamentais por parte dessa população impactam diretamente as relações de desigualdade entre gêneros e gerações. De acordo com Kummer (2007):

Desde os anos 70, a palavra “gênero” é usada para descrever as diferenças entre mulheres e homens, determinadas biológica e socialmente. Com exceção das funções sexualmente distintas como, por exemplo, gestação, parto e amamentação que são características biológicas do sexo feminino, todos os outros papéis que homens e mulheres desempenham numa sociedade podem ser igualmente distribuídos. Cada vez mais as mulheres ocupam funções que, antigamente, eram reservadas apenas para homens. Estas funções não têm nada a ver com o fator biológico, pois é uma questão acerca de quais são os papéis que mulheres e homens desempenham na sociedade (Kummer, 2007, p.105).

Para Marx (2023), diferenças de sexo e de idade na classe operária já não tem validade social, isto é, não existem pois o que existe é apenas um instrumento de trabalho e força, entretanto, estudos como o de Santos (2017) revelam que, enquanto os homens assumem o papel de "chefes de família" nas negociações com bancos, as mulheres ficam responsáveis pela gestão dos recursos escassos e pelas tarefas domésticas, aprofundando a divisão sexual do trabalho. Os jovens, por sua vez, quando encontram oportunidades, migram para centros urbanos devido à falta de perspectivas no campo, resultando na perda de força de trabalho jovem e qualificada, o que contribui para a desterritorialização.

Entretanto, a luta por terra e a luta por reconhecimento identitário no meio rural são dimensões complementares, não concorrentes, da resistência anticapitalista. Movimentos de mulheres do campo destacam que as agricultoras enfrentam dupla exploração — salarial e doméstica — e, ao articularem pautas de gênero, reforçam a unidade de classe (Federici, 2021). Do mesmo modo, comunidades quilombolas e indígenas sem-terra combinam reivindicações étnico-raciais com a reforma agrária, como demonstram Moura (2022) e Favero et al. (2018). Essas experiências históricas evidenciam que a construção de um bloco popular duradouro depende da integração das lutas identitárias na estratégia de classe, ampliando a base social do

movimento rural e potencializando sua capacidade de disputar hegemonia contra o agronegócio e o Estado burguês.

A superação da dependência financeira exige consciência de classe e organização política. Como argumenta Lênin (1977), a ação revolucionária não surge espontaneamente, mas é introduzida pela política para unificar os trabalhadores contra a exploração. Essa consciência não se desenvolve por meio de uma maturação natural, mas sim na luta de classes. No campo, isso se traduz na transformação de demandas individuais (como acesso ao crédito) em lutas coletivas pela posse da terra e socialização do trabalho e da renda.

Diante de tantos mecanismos para a manutenção da submissão dos trabalhadores agrários e a apropriação de seus meios de produção, a única solução efetiva para a crise é o fortalecimento do senso de coletividade e a organização política e econômica do desenvolvimento do acampamento/assentamento (Ramos Filho, 2013; Favero, 2016). No contexto rural, isso implica não apenas a reforma agrária, mas também a construção de sistemas cooperativistas que rompam com a lógica neoliberal instalada em modelo de crédito bancário e do agronegócio (De Sousa, 2009).

Lênin (1977), destaca a necessidade da conscientização política e da ação organizada do proletariado para superar a dominação burguesa. Já Marx (2023) afirma que a história da sociedade é a história da luta de classes, e que a emancipação dos trabalhadores só será possível com a tomada coletiva dos meios de produção. Engels (2011) reforça que a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos seus frutos só será resolvida quando a sociedade assumir o controle consciente das forças produtivas, transformando-as em instrumentos de libertação coletiva. Contudo, de acordo com o autor,

Essa solução só pode residir em ser reconhecido de um modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas e, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção. Para isso, não há senão um caminho: que a sociedade, abertamente e sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção a não ser a sua. Assim procedendo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, rompendo periodicamente as fronteiras do modo de produção e de troca, e que só pode impor-se com uma força e eficácia tão destruidoras como o impulso cego das leis naturais, será posto em vigor com plena consciência pelos produtores e se converterá de causa constante de perturbações e cataclismos periódicos, na alavanca mais poderosa da própria produção (Engels, 2011, p.49).

Portanto, a pobreza rural não é um problema técnico (de falta de crédito), mas político (de concentração de terra e renda) (Duarte, 2017; Fossá et al., 2022; Ramos Filho, 2013; Santos, 2017). Enquanto programas fundiários inserem os agricultores e camponeses em ciclos de

dependência financeira, a verdadeira emancipação exige organização coletiva, reforma agrária e socialização dos frutos do trabalho. Dessa forma, o resgate sistemático da história a partir das memórias daqueles historicamente oprimidos, constitui uma mediação concreta entre as determinações estruturais da questão agrária e as experiências vividas no território. A reconstrução coletiva de marcos como a ocupação, os conflitos iniciais e os processos de organização permitem que as famílias se reconheçam como sujeitos históricos de sua própria trajetória, rompendo com leituras individualizantes da pobreza e da precarização no campo (Kummer, 2007). Quando realizada de forma participativa, a sistematização desses acontecimentos possibilita compreender como fatores estruturais, como a pressão do capital agrário, o endividamento e a ausência de políticas públicas efetivas, se materializam em experiências locais, orientando leituras críticas da realidade e qualificando a capacidade de planejamento coletivo (Lopes, 2016).

Nesse sentido, a análise das tensões, conflitos e rupturas narradas pelo coletivo, assim como das respostas comunitárias construídas ao longo do tempo, torna visíveis valores compartilhados, práticas de cuidado e mecanismos de mobilização que sustentaram a continuidade da luta. Ao explicitar as razões das escolhas feitas, as contradições internas e os condicionantes externos que incidiram sobre sua trajetória, o grupo fortalece sua coesão organizativa e qualifica seus processos decisórios, transformando experiência acumulada em aprendizado político (Barrero, 2004). A incorporação consciente dessa memória histórica aos processos de diagnóstico e avaliação coletiva contribui para reduzir o improviso organizativo e legitimar normas construídas de forma compartilhada, convertendo o passado em referência ativa para a ação presente e para a projeção de estratégias futuras de enfrentamento às contradições impostas pelo capital no campo (Lopes, 2016).

2.3. Ocupação: desmistificando a ideia de invasão

A análise da estrutura fundiária brasileira exige distinguir claramente entre “invasão” e “ocupação” no debate agrário, pois a simples equiparação jurídica está imersa em relações de poder que historicamente reforçam privilégios latifundiários e marginalizam a classe trabalhadora. No contexto dos movimentos sociais por reforma agrária, a ocupação é entendida como ação coletiva que visa expor e enfrentar a concentração de terra e o descumprimento da função social da propriedade, enquanto a noção de invasão é frequentemente utilizada retoricamente para criminalizar o movimento camponês (MST, 2022). Essa distinção política e

jurídica é essencial para compreender que a ocupação se inscreve como estratégia organizada de denúncia e reivindicação de direitos no quadro da Constituição de 1988, que subordina o direito à propriedade ao atendimento de critérios sociais e produtivos (Brasil, 1988; Brasil 1964).

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e a Constituição Federal de 1988 materializam, na legislação brasileira, os dispositivos que orientam a política agrária e a função social da terra. O Estatuto da Terra regula os direitos e obrigações relativas aos bens imóveis rurais com o objetivo explícito de promover a justiça social e orientar a reforma agrária (Brasil, 1964). Já o texto constitucional insere a reforma agrária no âmbito da ordem econômica e fundiária ao estabelecer que a desapropriação de imóveis que não cumprem sua função social deve ser feita por interesse social e precedida de justa indenização, vinculando a legitimidade da posse à observância de requisitos como produtividade, preservação ambiental e condições trabalhistas (Brasil, 1988). Sob uma lente materialista, esses dispositivos não são meros princípios neutros do direito, mas instrumentos que podem ser mobilizados por movimentos sociais para contestar a reprodução da desigualdade estrutural no campo.

No planejamento da obtenção de terras para fins de reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) operacionaliza critérios técnicos e regionais que dialogam com a realidade agrária concreta, buscando áreas que apresentem maior concentração fundiária ou que sejam classificadas como improdutivas, em consonância com o mandato constitucional e o ordenamento jurídico brasileiro (Brasil, 1988; Brasil, 2020). Esse processo inclui mecanismos como desapropriação e discriminação de terras devolutas, além de participação de entidades representativas na indicação de áreas prioritárias, evidenciando que a política agrária formalmente prevê a participação social e a consideração das demandas populares (Brasil, 1988; Brasil, 2020). Essa articulação entre critérios técnicos e demandas sociais materializa uma tensão entre o que o Estado formalmente determina e as práticas de organização social que se estendem além dos mecanismos institucionais, apontando para a necessidade de mobilização política contínua.

O movimento social, representado neste estudo principalmente pelo MST, constrói a ocupação de terras como instrumento de luta para democratizar o acesso ao solo e desafiar a concentração fundiária. Para o MST, ocupar terras improdutivas ou que descumprem sua função social é uma resposta política à exclusão histórica da classe trabalhadora rural e à lógica de acumulação que privilegia grandes propriedades voltadas ao agronegócio (MST, 2022). A ocupação, nesse sentido, não é ato espontâneo, mas resultado de organização prévia, estudo da

realidade agrária e construção coletiva de uma estratégia de pressão para efetivar a reforma agrária. O movimento articula sua ação a uma perspectiva de transformação estrutural do campo, buscando não apenas terra, mas a construção de formas de vida que rompam com a lógica da monocultura exportadora.

A organização interna do movimento nas fases preparatórias à ocupação passa pela mobilização em associações locais e reuniões de base, onde se selecionam famílias comprometidas com o trabalho coletivo e critérios de participação que incluem segurança jurídica e compromisso com os princípios do movimento (MST, 2009). Essa seleção é parte de um processo pedagógico que promove a formação política e a autogestão, incorporando paridade de gênero e solidariedade ativa como princípios organizativos, elementos que explicita e estrategicamente preparam as famílias para a vida coletiva no acampamento e, posteriormente, no assentamento. A ênfase na organização de base revela que o processo de ocupação vai além da dimensão territorial e se inscreve na formação de sujeitos coletivos capazes de disputar sentidos e práticas no campo social mais amplo.

O cotidiano das ocupações, conforme relatado em narrativas de campo, evidencia o caráter produtivo e comunitário dessas ações: desde a instalação ordenada dos abrigos até a execução de tarefas coletivas de limpeza do terreno e preparo mínimo para subsistência, os acampamentos são espaços onde o trabalho coletivo substitui a lógica da especulação fundiária e produz, desde o início, relações sociais que contradizem a mercantilização da terra (MST, 2024). A experiência material dos acampamentos, longe de ser caótica ou desordenada, é estruturada pela necessidade de criar condições concretas de reprodução da vida, transformando áreas degradadas em espaços de produção e convivência. Essa prática cotidiana educa politicamente os sujeitos envolvidos e reforça, na ação, a pedagogia da luta coletiva e da autogestão.

3. METODOLOGIA

A definição do percurso metodológico desta pesquisa foi orientada pela necessidade de conciliar o rigor científico com as condições concretas de desenvolvimento do trabalho acadêmico, especialmente no que se refere ao cronograma disponível e à impossibilidade, por falta de tempo hábil, de submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Diante desse cenário, optou-se estrategicamente por uma abordagem que prioriza a transparência ética e a

proteção da integridade da pesquisa, restringindo a coleta de informações à observação participante na condição de ouvinte e ao levantamento de dados secundários de acesso público.

Esta escolha permitiu que o pesquisador acessasse as dinâmicas do Assentamento Emília Maria de maneira integrada às atividades de extensão já em curso, sem a realização de entrevistas estruturadas ou coleta de dados inéditos que exigissem protocolos éticos específicos para seres humanos. Assim, o trabalho assume um caráter predominantemente documental e observacional, fundamentando a reconstrução histórica do território em fontes públicas e na observação de atividades e eventos em campo.

O presente trabalho caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, fundamentada no levantamento de dados secundários e na observação participante. Tal orientação metodológica possibilitou compreender as dinâmicas sociais e produtivas do Assentamento Emília Maria a partir de uma inserção técnica e acadêmica no território, no qual o pesquisador atuou predominantemente na condição de observador e ouvinte das atividades desenvolvidas.

O levantamento de dados secundários compreendeu a utilização de informações e registros previamente produzidos, como documentos oficiais, relatórios institucionais, legislações, atas e, especialmente, materiais midiáticos e notícias. Esse procedimento foi essencial para contextualizar o processo histórico de formação do assentamento e conferir respaldo documental às situações observadas em campo. Conforme aponta Minayo (2001), a análise de fontes secundárias permite identificar tendências estruturais e políticas públicas relacionadas ao território, oferecendo suporte analítico à interpretação da realidade empírica. Assim, priorizou-se o uso de documentos do INCRA, da Prefeitura Municipal de São Cristóvão e de notícias de circulação pública para fundamentar marcos cronológicos e reconstruir a trajetória histórica da comunidade.

Paralelamente, a observação participante consistiu na inserção sistemática do pesquisador no cotidiano do assentamento, não como entrevistador, mas como sujeito integrado a diferentes atividades, sejam elas acadêmicas, vinculadas a ações de ensino, pesquisa e extensão, ou atividades relacionadas à rotina do próprio assentamento, como acompanhamento das inscrições das famílias assentadas no INCRA. O cumprimento dessa agenda permitiu o registro sistemático da realidade local.

Dentre as atividades de ensino, o pesquisador participou de aulas de campo correspondentes ao componente curricular Extensão Rural, disponibilizado para discentes de graduação de cursos das Ciências Agrárias da Universidade Federal de Sergipe; de ações de extensão universitária, como visitas de campo nos quintais das famílias moradoras do

Assentamento, curso de capacitação¹ em agroecologia e dinâmicas de grupo para compreensão da realidade local, associadas ao Projeto de Extensão “Quintais Agroecológicos e Soberania Alimentar no Pré-Assentamento Emília Maria”²; e ações de pesquisa associadas ao projeto de pesquisa “O componente urbano e periurbano na dinâmica produtiva dos sistemas agroalimentares locais: levantamento de iniciativas de produção de alimento na região metropolitana de Aracaju”³, como visitas de campo para identificação e caracterização de hortas urbanas e periurbanas.

O principal instrumento de registro dessas vivências foi o diário de campo, no qual foram anotadas sistematicamente impressões, diálogos e situações observadas. Essa sistematização permitiu transformar a escuta realizada no contexto das atividades extensionistas em material analítico, respeitando os limites éticos da pesquisa científica. As falas e interpretações acessadas nessa condição foram posteriormente confrontadas e fundamentadas por meio de fontes documentais públicas, garantindo consistência metodológica ao estudo.

Nesse sentido, as escutas realizadas durante as atividades assumiram papel relevante para a compreensão de acontecimentos específicos e para o preenchimento de lacunas identificadas tanto no levantamento documental quanto nas dinâmicas coletivas observadas. As narrativas desses sujeitos permitem aprofundar eventos, conflitos e decisões que não emergem plenamente nos registros documentais ou nas dinâmicas coletivas, oferecendo elementos interpretativos sobre contextos, motivações e articulações internas do grupo. Assim, a partir de suas experiências e posições no processo histórico do assentamento, torna-se possível acessar dimensões menos visíveis da trajetória coletiva, qualificando a análise dos processos sociais em curso.

Entre as atividades acompanhadas no âmbito das ações extensionistas, destaca-se a utilização da ferramenta Linha do Tempo, vinculada ao Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

O DRP consiste em um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem às comunidades realizarem seu próprio diagnóstico. A partir dessa análise, os participantes autogerenciam seu planejamento e desenvolvimento, compartilhando experiências e conhecimentos para aprimorar suas habilidades de ação (Verdejo, 2006, p. 12). A Linha do Tempo é uma das dinâmicas de grupo que compõe o DRP e tem como objetivo mediar a

¹ Curso sobre “Manejo Agroecológico de Quintais - Tecnologias sociais, produção de insumos orgânicos e bem-estar animal” cadastrado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) com o código CR639-2025.

² Projeto de Extensão cadastrado no SIGAA com o código PJ329-2025.

³ Projeto de pesquisa cadastrado no SIGAA com o código PII14865-2024.

reconstrução coletiva da trajetória histórica de comunidades ou outra categoria de grupos sociais.

O autor do presente trabalho participou ativamente dessa atividade, supervisionado pelo professor orientador, com quem intercalou o papel de coordenador e de relator no registro da consulta aos assentados, relatando os marcos históricos considerados significativos para o grupo. Durante a dinâmica, evidenciou-se o modo como memórias individuais foram articuladas em uma narrativa comum, tornando visíveis conflitos, transformações socioeconômicas e processos de resistência constitutivos da identidade do assentamento.

A observação da construção dessa ferramenta possibilitou identificar continuidades e rupturas vivenciadas pela comunidade, relacionando desafios contemporâneos às suas determinações históricas sob a perspectiva dos próprios sujeitos. Os marcos e relatos apreendidos nesse contexto foram posteriormente validados por meio de documentos institucionais e notícias de circulação pública, assegurando rigor analítico e integridade ética ao trabalho. Dessa forma, a Linha do Tempo configurou-se como mediação pedagógica e interpretativa, contribuindo para a análise da trajetória do assentamento.

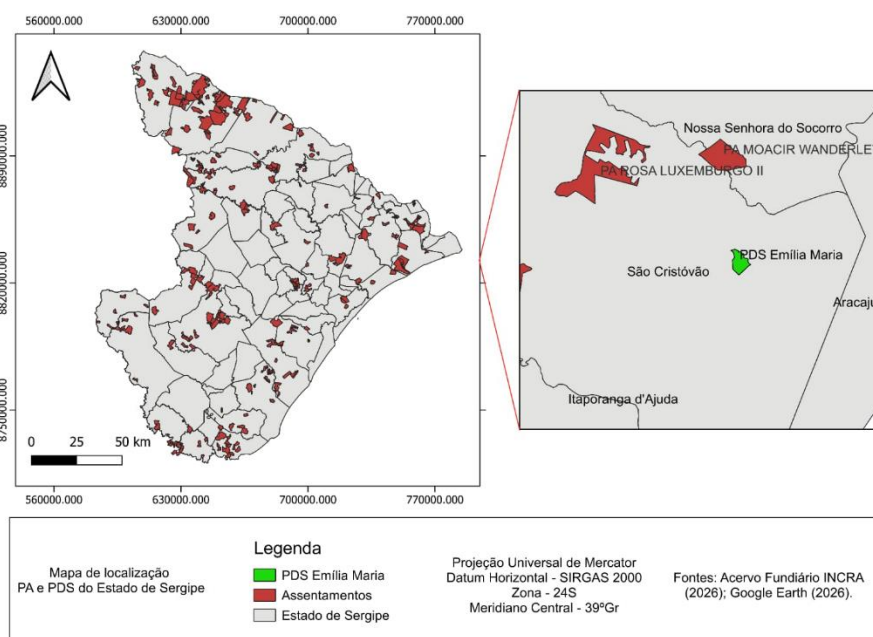
4. O QUE NOS TORNA IRMÃOS?” TRAJETÓRIA DE LUTA COLETIVA DO ASSENTAMENTO EMÍLIA MARIA.

4.1. Caracterização do Assentamento Emília Maria, São Cristóvão- SE

O Assentamento Emília Maria localiza-se no município de São Cristóvão, Sergipe, ocupando a área da antiga Fazenda São José. Geograficamente, a ocupação iniciada em 2016 transformou um latifúndio em um território de resistência e produção agroecológica na região da Grande Aracaju. Essa transição representa um marco de esperança e soberania, onde a terra deixa de ser um espaço de concentração fundiária para cumprir sua função social por meio do trabalho coletivo das famílias assentadas.

Do ponto de vista cartográfico, o assentamento está estrategicamente inserido na zona de transição entre o interior e o litoral sergipano. De acordo com o mapeamento de localização, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Assentamento Emília Maria integra um complexo de áreas de reforma agrária que inclui os Projetos de Assentamento (PA) Rosa Luxemburgo II e Moacir Wanderley. Sua posição geográfica é privilegiada pela proximidade com importantes centros urbanos, limitando-se ao leste com a capital Aracaju e ao norte com o município de Nossa Senhora do Socorro, o que facilita o escoamento da produção agroecológica e a integração com as políticas públicas da Grande Aracaju.

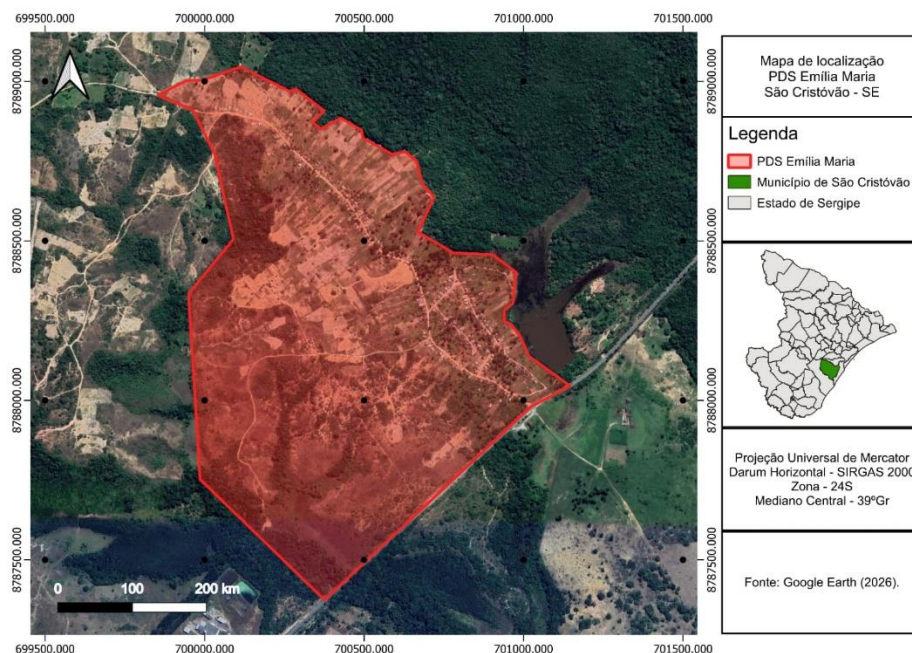
Figura 1 – Mapa de localização PDS do Emília Maria, São Cristóvão- SE



Fonte: Acervo Fundiário INCRA (2026); Google Earth (2026).

A análise detalhada da área, realizada via imagens de satélite (Projeção UTM, Datum SIRGAS 2000), revela uma paisagem composta por um mosaico de vegetação densa e áreas de manejo agrícola. A delimitação do território mostra que o assentamento é margeado a leste por um expressivo corpo hídrico, recurso fundamental para a manutenção da biodiversidade e das práticas de cultivo sustentável. Essa configuração espacial reforça o compromisso do PDS com a preservação ambiental, garantindo que a ocupação humana ocorra em harmonia com os ecossistemas locais, transformando a antiga estrutura latifundiária em um modelo de conservação e vida camponesa.

Figura 2 – Mapa de localização PDS do Emília Maria, São Cristóvão- SE



Fonte: Google Earth (2026).

A escolha do nome do assentamento é um ato de preservação da memória e da mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Emília Maria nasceu em uma família de militantes e ingressou no movimento ainda criança, por volta de 1999 ou 2000, acompanhando as atividades do grupo desde cedo. Sua trajetória inicial deu-se como "cirandeira", cuidando das crianças do movimento enquanto os pais participavam das reuniões e formações políticas.

Figura 3 – Emília Maria Ferreira da Silva Oliveira



Fonte: Da Silva, Maria Gorete Ferreira. (1 de Setembro de 2006).

Ao longo de sua juventude, Emília assumiu um papel de destaque na educação e na organização da base. Ela tornou-se professora de jovens e adultos em diversos acampamentos e assentamentos, com atuação destaque no município sergipano de Porto da Folha. Sua militância era focada no combate ferrenho ao analfabetismo, que ainda hoje atinge as populações do interior, e na defesa de melhores oportunidades para a juventude rural, o que a levou a integrar a direção estadual do MST em Sergipe.

A trajetória da jovem líder foi interrompida precocemente aos 18 anos, vítima de um aneurisma cerebral. Sua partida ocorreu apenas 26 dias após o seu casamento e logo depois de retornar de uma viagem de formação da juventude no Ceará. O impacto de sua morte foi sentido profundamente pela comunidade, que a recorda não apenas como uma educadora, mas como uma companheira que ajudava fisicamente na construção das casas e na consolidação da vida no campo.

Atualmente, o nome do território reflete a noção de irmandade e companheirismo. A memória de Emília Maria serve como um guia ético e político para as ações de alfabetização, cultura e incentivo à permanência dos jovens no território. Portanto, o assentamento consolida-se como um espaço onde a luta pela terra é indissociável da construção de novas relações sociais e da valorização da vida camponesa.

4.2. Linha Temporal do Assentamento

A análise dos dados secundários evidência que a constituição e a consolidação do Acampamento, recentemente reconhecido como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Assentamento Emília Maria, resultam de um processo histórico marcado pela luta social organizada, pela permanência prolongada no território e pela posterior incorporação, de forma tensionada, de políticas públicas estatais. A análise dos documentos consultados, validada pelas informações obtidas no decorrer dos trabalhos de campo, em particular com a utilização da Linha do Tempo, permite afirmar que o território não surge como iniciativa do poder público, mas como produto direto da ação coletiva da classe trabalhadora rural organizada, especialmente da juventude Sem Terra.

A história do Assentamento Emília Maria tem início com a ideia do Coletivo Estadual de Juventude do MST de ocupar a Fazenda São José, no município sergipano de São Cristóvão, com a finalidade de transformar uma área em um território de soberania alimentar e dignidade social.

No interior desse processo, as experiências individuais também se constituem como parte fundamental da construção histórica do assentamento. Nesse contexto, destaca-se a iniciativa de Dona Valdira, que decidiu registrar sua própria perspectiva acerca dos dez anos de trajetória do Emília Maria. Por meio de memórias organizadas ao lado de fotografias e escritas em forma de poesia, produziu o manuscrito intitulado *A linha do tempo do Emília Maria por o meu olhar*. O documento configura-se como uma fonte relevante para a compreensão das dimensões subjetivas, simbólicas e cotidianas que atravessam a consolidação do assentamento.

Figuras 4 e 5 – Manuscrito do Assentamento Emília Maria, São Cristóvão- SE



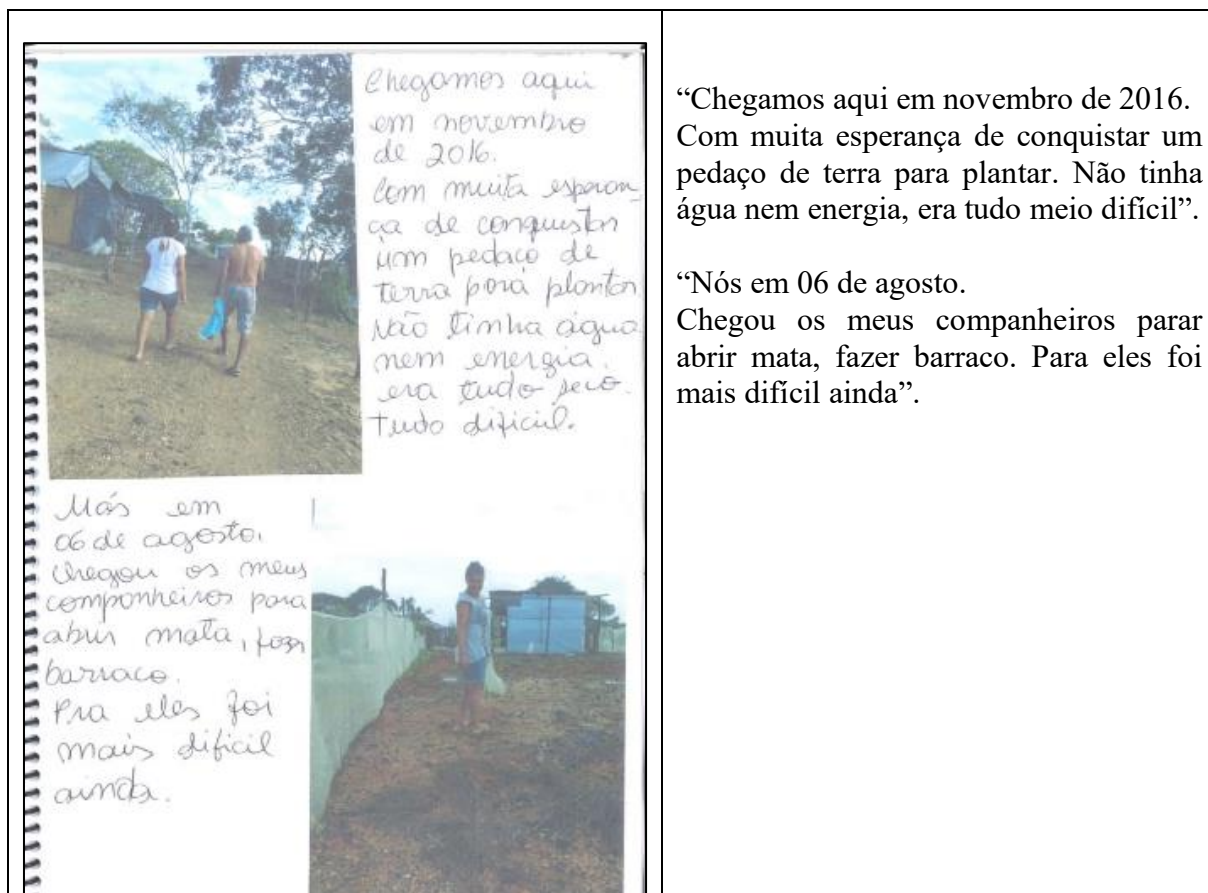
Fonte: Da Silva, Valdira Rocha Oliveira. (2026, manuscrito não publicado).

Tudo começou em 6 de agosto de 2016, quando cerca de 80 famílias ocuparam a Fazenda São José, conforme registrado em comunicação oficial do movimento (Movimento Sem Terra, 2016). Naquele período inicial, o cenário era de extrema precariedade, pois a terra era utilizada como rota para criminosos, descarte de carcaças de animais e desmanche de veículos, apresentando inclusive solos contaminados por óleo. Devido à ausência de espaços construídos, as primeiras reuniões da comunidade ocorriam debaixo de uma grande árvore, que se tornou uma referência física e simbólica fundamental para os assentados.

Notícias da época destacam a ocupação em seu princípio:

No último sábado (06), aconteceu, como parte da 7ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, uma ocupação de terra na fazenda São José, município São Cristóvão, em Sergipe. Cerca de 80 famílias acampam no local, coordenadas pelo Coletivo Estadual de Juventude. O objetivo do acampamento é que seja um espaço prioritário para juventude e que seja um espaço de conquistas materiais, da conquista do lote, e também um espaço de formação e articulação política já que se localiza próximo à capital Aracaju (Resende, 2016).

Figura 6 – Página I do Manuscrito de Dona Valdira descrevendo os primeiros momentos no acampamento.



Fonte: Da Silva, Valdira Rocha Oliveira. (2026, manuscrito não publicado).

Para garantir a instalação das moradias, foi realizado um desmatamento emergencial mínimo para erguer os barracos, feitos de lona e madeira, como eucalipto e espécies nativas, retirados do próprio local. No interior dessas estruturas, muitas famílias utilizavam barracas de *camping* como proteção provisória enquanto o chão de terra era batido e a estrutura mínima era consolidada. O cotidiano doméstico também exigia improviso: alguns fogões eram feitos a partir de cupinzeiros, retirados da mata e adaptados para queimar lenha e cozinhar alimento.

Figura 7 – Local onde eram realizadas as primeiras plenárias com barracas ao redor.



Fonte: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (2016).

O deslocamento dentro do assentamento era desafiador, especialmente pela natureza do solo de barro que formava as estradas internas. Em períodos de chuva intensa, a água escoava com tanta força que transformava as vias em verdadeiros valões, provocando alagamentos constantes nos barracos situados próximos aos córregos. Além da dificuldade de circulação, o transporte de móveis e utensílios dependia inteiramente de fretes pagos ou de redes de solidariedade entre vizinhos e familiares, evidenciando a fragilidade e a dureza dos primeiros meses de vida no território.

A matéria publicada pelo MST (Torres, 2024) destaca o, então Acampamento Emília Maria como espaço de preservação ambiental e de práticas agroecológicas, evidenciando a proteção coletiva do Rio Pitanga e do açude existente na área. As ações descritas, como a criação de normas comunitárias para o uso dos bens naturais, a sinalização educativa e o manejo agroecológico, demonstram que a preservação ambiental não ocorre de maneira espontânea ou individualizada, mas como resultado de trabalho coletivo, consciência política e processos de educação ambiental articulados à proposta da Reforma Agrária Popular. O território se consolida, assim, como um projeto político-ambiental que integra produção de alimentos, reprodução da vida e formação da juventude, em oposição direta ao modelo predatório do agronegócio.

Figuras 8 – Página III do Manuscrito de Dona Valdira contando o motivo dela não desistir



Fonte: Da Silva, Valdira Rocha Oliveira. (2026, manuscrito não publicado).

Em 2017, a comunidade enfrentou sua primeira grande prova de fogo com uma severa tempestade que levou o governo de Sergipe e a Prefeitura Municipal de São Cristóvão a decretarem situação de emergência em maio daquele ano (G1 SE, 2017). Diante da precariedade das moradias, era comum que famílias buscassem abrigo com vizinhos, organizando-se no dia seguinte em mutirões para reparar telhados e reconstruir o que havia sido danificado. Além do impacto humano, as chuvas causavam prejuízos severos à subsistência da comunidade, destruindo lavouras recém-implantadas de feijão e macaxeira em solos argilosos e provocando a morte de animais.

Essa realidade evidenciava como a ausência de infraestrutura adequada transformava as intempéries em um fator de insegurança tanto para a moradia quanto para a produção agrícola do território, conforme observado em relatos compartilhados durante as dinâmicas de memória no território. Apesar desses reveses, o período entre 2018 e 2019 foi de organização para a

sobrevivência hídrica, com os moradores transportando água manualmente da lagoa e de fontes vizinhas, muitas vezes reutilizando a água do banho para suprir necessidades sanitárias.

Entre 2019 e o fim de 2020, a água era escassa no território. O acesso dependia da solidariedade entre moradores que haviam escavado seus próprios poços e daqueles que dispunham de algum meio de deslocamento para buscar água fora do assentamento, como no povoado Baobá, localizado nas imediações da sede municipal. Não havia abastecimento regular; obter água exigia esforço coletivo e organização. A coordenação tentou negociar com a prefeitura para instalar a rede de abastecimento de água, não tendo sido atendida com a justificativa de que se tratava de um imóvel particular em condição de litígio, impossibilitando obras públicas.

Como alternativa, foi sugerido o abastecimento por meio de caminhões-pipa. A proposta foi aceita e, ainda em 2020, antes de outubro, mês de eleições para prefeitura, teve início o fornecimento de água por caminhão-pipa. Na época, muitos comentavam que se tratava de uma ação eleitoreira e que o serviço seria interrompido após as eleições. No entanto, mesmo com a reeleição, a gestão municipal manteve o compromisso assumido e deu continuidade ao abastecimento até que fosse possível avançar para uma solução mais estruturante, como a perfuração de um poço.

Cada família marcava seus vasilhames e contribuía conforme podia. Em alguns casos, pagava-se pelo serviço de transporte, não pela água em si. Era comum o pagamento de valores simbólicos, como vinte reais por viagem ou por determinado volume de água, geralmente cerca de duzentos litros. Também havia pessoas que, mesmo tendo fonte em casa, ofereciam a água gratuitamente, encurtando o trajeto e poupando esforço físico dos demais.

O transporte de água apresentava desafios devido às ladeiras acentuadas e ao esforço físico exigido. Com a introdução do caminhão-pipa, houve avanços, porém a distribuição da água passou a requerer um esforço coletivo dos moradores, que acompanhavam o veículo e se alternavam nas atividades para assegurar o abastecimento para todos. Dessa forma, o acesso à água tornou-se fruto da colaboração, solidariedade e iniciativa autônoma da comunidade, em vez de depender unicamente de ações governamentais.

Desde 2017, a Prefeitura Municipal de São Cristóvão e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) não têm medido esforços para levar água de qualidade aos povoados da Cidade Mãe por meio do projeto “Águas de São Cristóvão”. Nesta quinta-feira (09), foi a vez do Acampamento Emília Maria receber um poço a fim de atender a demanda da comunidade. O abastecimento do Acampamento com água de qualidade foi um dos compromissos firmados pelo prefeito Marcos Santana junto aos moradores em maio deste ano, quando visitou o local para fazer a entrega de sementes de milho aos produtores rurais (Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2021).

Em março de 2020, o advento da crise sanitária da COVID-19 gerou um cenário de isolamento e incerteza global. No Assentamento Emília Maria, essa conjuntura forçou uma mudança drástica na dinâmica comunitária, suspendendo todas as atividades externas, como assembleias, atos e vigílias, para reduzir a circulação e evitar a exposição desnecessária ao vírus. Enquanto o mundo enfrentava o avanço da doença e o desamparo, a coordenação do território implementou orientações sanitárias rigorosas, como o uso de máscaras e o controle da entrada de pessoas vindas da cidade, permitindo que a comunidade atravessasse esse período crítico sem registrar perdas humanas.

Internamente, a pandemia provocou um redirecionamento de forças para dentro da base, fazendo com que os moradores intensificassem a produção agrícola para assegurar a sobrevivência e a segurança alimentar das famílias. Esse isolamento forçado acabou aprofundando o vínculo dos residentes com o território, tornando-se um momento decisivo de fixação na terra para muitas pessoas, especialmente mulheres, que consolidaram seu pertencimento ao campo. Apesar do medo da doença, o cotidiano foi preservado com gestos de convivência segura e cuidado coletivo, transformando o assentamento em um refúgio para parentes idosos que vinham da cidade em busca de ar livre e segurança.

Figuras 9 – Página IV do Manuscrito do Assentamento Emília Maria, São Cristóvão-SE



Fonte: Da Silva, Valdira Rocha Oliveira. (2026, manuscrito não publicado).

Enquanto o governo federal, então liderado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, negava declarada e sistematicamente as orientações sanitárias nacionais e internacionais para controle da disseminação da corona vírus, assim como ignorava suas consequências na sociedade como o aumento da fome e da miséria em comunidades periféricas, as lideranças locais do Assentamento articuladas com a coordenação nacional estimularam o aumento da produção de alimentos e sua distribuição solidária.

O aumento da produção agrícola permitiu que o assentamento transformasse o excedente de suas colheitas em uma prática concreta de solidariedade de classe. O, então, Pré Assentamento Emília Maria engajou-se ativamente na agenda nacional do MST, organizando mutirões para carregar caminhonetes com grandes volumes de alimentos produzidos sem agrotóxicos destinados às populações urbanas vulneráveis. Essas doações, motivadas por uma consciência política de que a luta pela terra é inseparável da luta contra a fome, reafirmaram o papel do assentamento na produção de vida e esperança em meio a um contexto nacional de crise e abandono.

Figura 10 – Alimentos produzidos no assentamento para serem distribuídos durante a Pandemia de Covid-19 (Jornada do Abril Vermelho 2021)



Fonte: Oliveira, Cristian, coordenador do Emília Maria.

A partir de 2021, observa-se a intensificação da presença do poder público municipal no território, especialmente no que se refere à infraestrutura básica. Conforme a notícia institucional da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, “Prefeitura e SAAE levam programa ‘Águas de São Cristóvão’ ao Acampamento Emília Maria” (2021). O documento registra que,

até então, as famílias dependiam do abastecimento por carro-pipa, situação que expressa a precariedade estrutural vivenciada pela comunidade ao longo dos primeiros anos de ocupação.

Embora o discurso oficial associe a ação estatal à promoção da dignidade e à melhoria das condições de vida, a análise dessa fonte indica que tal intervenção ocorre apenas após anos de resistência, organização e permanência no território, evidenciando que a política pública responde a uma realidade previamente construída pela luta popular, conforme explicita o MST em notícia de 2022:

Com o lema “Cultivando Solidariedade Sem Terra”, desde o início da pandemia o MST constrói uma agenda nacional de ações contra a fome, formada pelo Movimento em conjunto com diversas organizações e entidades que praticam o enfrentamento contra a fome e a insegurança alimentar. O que impulsionou inclusive, uma Frente Nacional Contra a Fome e a Sede, com um trabalho de base permanente presente nas comunidades de todo o Brasil, com a consolidação das dezenas de Cozinhas Solidárias, Bancos Populares de Alimentos e Hortas Comunitárias. Também houve a formação de mais de 2 mil Agentes Populares de Saúde que estiveram na linha de frente de todas essas articulações em conjunto com as famílias em situação de vulnerabilidade. Durante o auge da pandemia, foram doados não só alimentos, mas também cuidados, conscientizando a população mais pobre com orientações sobre como combater o coronavírus e distribuindo ao longo dessas formações mais de 50 mil máscaras de proteção. Assim, por meio da organização popular, foi possível chegar ao marco de mais de 7 mil toneladas de alimentos doados, 10 mil cestas básicas e ultrapassando 2 milhões de marmitas solidárias (MST, 2022).

O período entre 2023 e o início de 2024 foi marcado por mudanças na infraestrutura do Pré-Assentamento Emília Maria. O início das obras na rodovia João Bebe Água coincidiu com a necessidade de instalar a rede de distribuição de água para as famílias moradoras. Durante a fase de terraplanagem, a comunidade pressionou os órgãos responsáveis para que a tubulação fosse instalada antes da pavimentação asfáltica, visando evitar entraves burocráticos posteriores. Como a área era formalmente considerada privada, a gestão municipal utilizou a justificativa de utilidade pública para autorizar a construção de um poço e a instalação de chafarizes coletivos ao longo da rodovia.

A prefeitura responsabilizou-se pela perfuração do poço, instalação da bomba e da tubulação até a rodovia. Entre o final de 2023 e o começo de 2024, a água chegou aos chafarizes, alterando a rotina de quem dependia de fontes naturais ou do abastecimento por caminhões-pipa. A partir desses pontos públicos, os moradores organizaram mutirões para expandir o acesso e puxar ramais de água até as moradias. Em diversos casos, pontos de ligação foram deixados próximos aos lotes durante a obra principal, o que permitiu o acesso direto à água encanada por meio da iniciativa coletiva.

A autonomia produtiva foi ampliada por meio de formações técnicas, como o curso de Operação e Manutenção de Tratores e Implementos Agrícolas. Oferecida pela prefeitura em

parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a capacitação de 40 horas ensinou 14 moradores e moradoras do assentamento a operar máquinas, utilizar corretamente os implementos. O aprendizado visou reduzir a dependência de motoristas e equipamentos cedidos pela gestão pública, garantindo maior agilidade no preparo do solo e aproveitamento das janelas de plantio.

Na manhã desta segunda-feira (23), o Acampamento Emília Maria, em São Cristóvão, comemorou a entrega de certificados aos participantes do curso de Operação e Manutenção de Tratores e Implementos Agrícolas. A formação, oferecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Semdet), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), teve como objetivo capacitar os moradores do Acampamento para o uso e a manutenção dos equipamentos agrícolas, preparando-os para os desafios profissionais no campo. O prefeito Marcos Santana, presente no evento, destacou a importância do curso e parabenizou os participantes. "Esse curso de 40 horas foi mais do que uma capacitação: foi uma oportunidade de aplicar diretamente o aprendizado, já utilizando o trator para limpar e preparar os lotes. Um exemplo claro de como a prática pode transformar e melhorar o dia a dia de quem vive da terra. Quero parabenizar especialmente as mulheres, cinco delas participaram e mostraram que estão à frente nessa luta", afirmou (Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2024).

A participação feminina no curso de tratores registrou cinco mulheres, que realizaram a atividade para contribuir com o trabalho na comunidade. Adicionalmente, o Programa Mulheres Mil, em parceria com o Instituto Federal de Sergipe (IFS), promoveu a formação de moradoras no curso de Agricultor Orgânico. Essa formação focou no aprendizado técnico voltado para a agroecologia e no desenvolvimento do potencial das participantes para atuarem como agentes de mudança no território.

Figura 11 – Página VI do Manuscrito de Dona Valdira descrevendo a chegada das iniciativas públicas



Fonte: Da Silva, Valdira Rocha Oliveira. (2026, manuscrito não publicado).

Essas ações consolidaram o uso de técnicas agrícolas que buscam a preservação ambiental e a produção de alimentos sem agrotóxicos. A integração entre a infraestrutura hídrica e o conhecimento técnico permitiu que o assentamento gerisse seus equipamentos e tempo com maior autonomia. Com o acesso consolidado a serviços como energia elétrica, internet e parcerias com instituições como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), o território passou a apresentar condições de vida superiores às registradas no início da ocupação.

Mulheres Mil realiza formatura da turma do Acampamento Emília Maria em São Cristóvão”. A entrega de certificados marca o encerramento de uma etapa de dedicação e qualificação. Na tarde dessa quarta-feira (26), o Acampamento Emília Maria, localizado no município de São Cristóvão, foi palco de uma celebração histórica para as mulheres da comunidade. A formatura do curso Agricultor Orgânico, vinculado ao Programa Mulheres Mil, não apenas marcou o fim de um ciclo de aprendizagem, mas também se consolidou como um marco de superação e empoderamento para as participantes (Instituto Federal de Sergipe, 2025).

O desfecho jurídico da disputa pela terra ocorreu em novembro de 2024, quando a Fazenda São José foi levada a leilão judicial. Na ocasião, o INCRA adquiriu aproximadamente

800 hectares da propriedade para fins de reforma agrária. A aquisição por via judicial encerrou um período de incerteza sobre a permanência das famílias na área, que anteriormente era caracterizada por dívidas e improdutividade. O processo contou com a mediação da Advocacia-Geral da União e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para garantir a transferência da posse ao movimento social.

A formalização do assentamento aconteceu em 14 de março de 2025, com a assinatura do termo de imissão de posse e a entrega oficial da terra às 167 famílias residentes. Este ato assegurou aos beneficiários o direito de utilizar os lotes para habitação e atividades produtivas, sob a supervisão do INCRA até a emissão dos títulos definitivos de propriedade. A regularização permitiu que as ações de suporte oferecidas pela prefeitura e outros órgãos institucionais fossem oficializadas como políticas públicas permanentes para a comunidade. De acordo com Torres e Fernando (2025).

A última sexta-feira, dia 14 de março, tornou-se um marco na luta pela terra em Sergipe com a imissão de posse do assentamento Emília Maria, na antiga Fazenda São José, no município de São Cristóvão. A área, ocupada desde 6 de agosto de 2016 por 167 famílias organizadas pelo MST, a partir desta data se torna assentamento definitivo, garantindo moradia, produção de alimentos saudáveis e dignidade para os camponeses que resistiram por quase nove anos. O ato foi conduzido por Cristian Oliveira e Claudia Alves, coordenadores de base do Emília Maria, que iniciaram a reunião com mística e coordenaram a mesa, organizando a cerimônia e reforçando a importância da participação popular na luta pela terra [...] A Fazenda São José, agora transformada em assentamento, é um território estratégico não apenas para garantir moradia aos camponeses, mas também para a preservação ambiental. Cortada pelo Rio Pitanga e rodeada por um açude repleto de árvores frutíferas, a área oferece condições ideais para a produção de alimentos agroecológicos. Desde o início da ocupação, o assentamento foi concebido como um espaço de formação da juventude e de fortalecimento da agricultura sustentável, resistindo às pressões do agronegócio e promovendo um modelo de produção voltado para a soberania alimentar (Torres; Fernando, 2025).

Atualmente, o assentamento é gerido por meio de práticas agroecológicas que priorizam a preservação ambiental, com foco especial na proteção do Rio Pitanga e das matas do entorno. A comunidade mantém programas de formação para a juventude e desenvolve sistemas produtivos voltados para a soberania alimentar, produzindo itens como frutas, verduras e mel de forma sustentável.

Em 2024, o Deputado Federal João Daniel destacou em seu discurso no plenário a importância dos assentamentos e parabenizou o assentamento Emília Maria por sua luta, enfatizando a relevância desse tema.

Quero parabenizar pela luta o Acampamento Emília Maria, do Município de São Cristóvão, Estado de Sergipe. Aliás, São Cristóvão, nos próximos dias, vai promover mais uma edição do Festival de Artes de São Cristóvão, um dos maiores festivais da

Região Nordeste, um dos mais importantes de Sergipe, da cultura verdadeira e popular. Neste Município, há muitos anos lutam 140 famílias na Fazenda São José. Eu quero parabenizar todos os servidores do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Na pessoa do Superintendente do INCRA em Sergipe, saúdo a equipe nacional, a equipe estadual, todos os técnicos, engenheiros e procuradores que se envolveram nesta grande ação que foi a aquisição, por via judicial, por leilão, de áreas penhoradas, com dívidas, que estavam improdutivas, sem produzir. Foram adquiridos 800 hectares pelo INCRA ontem. A partir de agora, será organizado um assentamento de famílias, o futuro Assentamento Emília Maria, no Município de São Cristóvão. Quero parabenizar todas as famílias que lutam pela terra no Brasil. Esta luta é fundamental para vivermos num país mais digno, em que se possa produzir alimentos (Brasil, 2024).

Contudo, a leitura articulada do material permite compreender que tais iniciativas só se viabilizam a partir de condições materiais previamente asseguradas pela luta coletiva pela terra, revelando os limites de abordagens que privilegiam dimensões individuais de empoderamento dissociadas das estruturas sociais e territoriais.

Os dados secundários, como o relatório de “Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação” feito pelo INCRA (Brasil, 2026), as notícias publicadas pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão (2025) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2025), também permitem identificar um ponto de inflexão qualitativo no processo histórico do território em 14 de março de 2025, com a imissão de posse e o reconhecimento jurídico do Assentamento Emília Maria. Após quase nove anos de ocupação contínua da antiga Fazenda São José, iniciada em 06 de agosto de 2016, a área passa a ser oficialmente reconhecida como assentamento de Reforma Agrária, garantindo estabilidade territorial a aproximadamente 167 famílias camponesas organizadas pelo MST. Esse dado é central para os resultados da pesquisa, pois confirma que a regularização fundiária não decorre de concessão espontânea do Estado, mas do acúmulo de forças produzido por uma resistência prolongada, sustentada pela organização coletiva, pela produção agroecológica e pela legitimidade social construída ao longo do tempo.

A cerimônia de imissão de posse (Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2025) assume caráter político-pedagógico ao articular mística, memória, participação popular e a presença de diversas lideranças institucionais e políticas. A condução do ato por coordenadores de base do próprio assentamento reforça a centralidade da organização interna do movimento, ao mesmo tempo em que explicita a relação contraditória com o Estado: representantes municipais, parlamentares e dirigentes do INCRA reconhecem uma conquista que só se tornou possível após anos de pressão social e luta organizada.

Figura 12 – Famílias na cerimônia de imissão de posse



Fonte: Prefeitura Municipal de São Cristóvão (2025).

Nesse contexto, a presença do poder público aparece menos como elemento fundador do território e mais como resultado de uma correlação de forças construída desde a base, legitimada pela participação de representantes de diversas esferas do poder público e da sociedade civil. Estiveram presentes o prefeito de São Cristóvão, Júlio Nascimento, e o secretário de Governo e Gestão, Marcos Santana, cuja presença marcou a continuidade do apoio institucional iniciado em sua gestão anterior como prefeito.

Figuras 13 – Cerimônia de imissão de posse



Fonte: Prefeitura Municipal de São Cristóvão (2025).

Além disso, estavam presentes Dona Gorete, mãe de Emília Maria, figura central para a identidade e a dimensão memorialística do território. O suporte jurídico e administrativo foi composto pela procuradora federal da Advocacia-Geral da União (AGU), Maiana Alves, e pelo superintendente regional do INCRA em Sergipe, André Milanez. Registrou-se, ainda, a presença da coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe, Prof.^a Dr.^a Núbia Dias dos Santos, evidenciando a interlocução entre a universidade pública e as dinâmicas territoriais em curso. Enquanto o âmbito legislativo registrou o apoio do deputado federal João Daniel e da deputada estadual Linda Brasil, cujas trajetórias são historicamente vinculadas às pautas dos movimentos sociais.

Figura 14 – Dona Gorete, mãe de Emília Maria



Fonte: Prefeitura Municipal de São Cristóvão (2025).

A incorporação da última matéria analisada (Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2025), referente à assinatura do termo de posse das terras pelo INCRA, reforça essa interpretação. O documento destaca o papel do município no apoio ao assentamento, enfatizando a oferta de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, assistência social, infraestrutura e desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, reconhece explicitamente que a área esteve ocupada por oito anos antes da regularização, reafirmando o caráter histórico da luta travada pelas famílias assentadas. A assinatura do termo de posse, que antecede a titulação definitiva, institui uma nova etapa na relação entre o assentamento e o Estado, marcada pela formalização de direitos, mas também pela manutenção de restrições típicas do modelo institucional da Reforma Agrária, como a impossibilidade de comercialização dos lotes.

Os discursos registrados na matéria institucional “Terra de resistência: Emília Maria um marco de esperança e soberania no SE” de Torres e Fernando (2025), revelam que a regularização fundiária é compreendida como conquista coletiva e como ponto de partida para novos desafios. Gestores públicos, lideranças do MST e representantes do INCRA reconhecem que a luta das famílias não se restringiu à produção agrícola, mas envolveu a busca por dignidade, felicidade, acesso a direitos sociais e reprodução da vida no campo. Nesse sentido, a atuação estatal aparece como resposta tardia a uma realidade já consolidada, sendo constantemente tensionada pela necessidade de garantir políticas estruturantes e não apenas ações pontuais.

A consolidação do Assentamento Emília Maria reafirma, ainda, a centralidade da agroecologia como eixo estruturante do projeto territorial. As matérias analisadas indicam que, mesmo antes da regularização fundiária, as famílias já produziam mel, frutas, verduras e outros alimentos de forma agroecológica, ao mesmo tempo em que preservavam o Rio Pitanga, o açude e a biodiversidade local. Tal dado reforça que a produção sustentável não surge como exigência posterior do Estado, mas como prática política e produtiva construída desde a ocupação, em oposição ao modelo do agronegócio e articulada à soberania alimentar.

Figura 15 – Aplicação da ferramenta Linha do Tempo do DRP para o projeto de Quintais produtivos.



Fonte: Santos, Carlla (2016, foto cedida pela moradora).

A assinatura da posse em 2025 encerrou uma trajetória de quase nove anos iniciada com a ocupação em agosto de 2016. Ao longo desse período, o grupo transformou um local antes utilizado para descarte irregular e desmanche de veículos em uma estrutura organizada com acesso à água, energia e capacitação técnica. A transição do acampamento para o estágio de

assentamento definitivo marca a estabilização social e produtiva das famílias, consolidando o território como uma unidade de produção de alimentos saudáveis e resistência camponesa.

Por fim, o conteúdo simbólico recorrente nas narrativas, como a homenagem permanente à militante Emília Maria e a incorporação de referências da luta popular, amplia a compreensão do território para além de sua função produtiva. O assentamento se configura como espaço de memória, formação política, identidade coletiva e construção de um projeto societário alternativo. De forma geral, os dados secundários analisados de forma articulada com as informações obtidas a partir do relato das atrizes e atores sociais permitem afirmar que o Assentamento Emília Maria é expressão concreta das contradições da questão agrária brasileira, cuja ação coletiva dos sujeitos do campo antecede, tensiona e redefine a atuação do Estado, convertendo resistência organizada em conquista material de direitos territoriais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho demonstra que a construção da irmandade no território não se constitui como elemento espontâneo ou meramente simbólico, mas como resultado de condições materiais concretas, de enfrentamentos compartilhados e de organização persistente. A experiência do Assentamento Emília Maria, desde a ocupação da antiga Fazenda São José até a consolidação jurídica mediada por órgãos como o INCRA, evidencia que o acesso à terra inaugura um processo, mas não o encerra. É na permanência, na produção cotidiana e na gestão coletiva que o território se transforma em espaço de reprodução da vida.

No interior da sociabilidade capitalista, o mecanismo de mais-valia opera dissociando o trabalhador do produto do seu trabalho, convertendo trabalho em mercadoria e subordinando a qualidade de vida ao poder de compra. Converte o sujeito em mercadoria e a mercadoria em sujeito - fetichização da mercadoria. O produto passa a integrar o circuito de valorização do capital, enquanto o trabalhador permanece alienado daquilo que produz. No assentamento analisado, observa-se movimento distinto, ainda que situado em meio às contradições estruturais do mercado e do Estado. A produção volta-se prioritariamente à reprodução das famílias, e o resultado do trabalho retorna de forma mais direta à comunidade que o realizou. Ao transformar áreas degradadas em espaços produtivos, ao organizar mutirões, ao estruturar práticas agroecológicas e ao fortalecer laços de cooperação, os assentados reconhecem materialmente os efeitos do próprio esforço coletivo.

Essa experiência, contudo, não elimina limites. Persistem condicionantes estruturais que atravessam o território, como a fragilidade da assistência técnica, a dependência de políticas públicas de crédito, as desigualdades na divisão do trabalho e a vulnerabilidade a eventos climáticos. Tais elementos revelam que a reforma agrária, enquanto política pública, encontra-se permanentemente tensionada por estruturas mais amplas da economia política. Reconhecer essas contradições não diminui as conquistas alcançadas, ao contrário, permite compreendê-las com maior precisão histórica.

O assentamento configura-se também como espaço formativo. Reuniões, assembleias, mutirões e planejamentos produtivos operam como práticas pedagógicas concretas, nas quais se articulam saber técnico, memória coletiva e reflexão política. A mobilização que deu origem ao processo não se restringe ao momento inicial da ocupação, ela precisa ser continuamente reelaborada na gestão do território, na formação das novas gerações e na preservação da coesão

interna. O coletivo, nesse sentido, funciona como organismo vivo, cuja vitalidade depende da participação consciente e ativa de seus integrantes.

Conclui-se que a experiência analisada demonstra que a permanência na terra e a melhoria das condições de vida decorrem da articulação entre organização política, trabalho coletivo e apropriação social do produto do trabalho. O que tornou os moradores do Assentamento Emília Maria em "irmãos" foi justamente a trajetória política deles. Os laços deles se fortaleceram ao perceber que apenas unidos eles são capazes de transformar a própria realidade e estabelecer uma nova perspectiva de futuro e as transformações materiais do espaço do assentamento Emília Maria são a prova concreta disso. A fraternidade política observada é síntese histórica de práticas camponesas compartilhadas. O território, transformado pelo esforço comum, torna-se expressão material dessa construção. Ao registrar evidências empíricas e articulá-las a uma leitura crítica da economia política, este estudo contribui para a compreensão das formas concretas pelas quais processos de organização coletiva dos camponeses podem produzir reconfigurações territoriais, sociais e simbólicas no campo brasileiro.

A realização desta pesquisa também produziu desdobramentos que ultrapassam a exigência acadêmica inicial. A convivência no território, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, permitiu uma aproximação gradual com as famílias do assentamento, marcada pelo compartilhamento de memórias, desafios e conquistas. Essa relação evidenciou a importância de registrar, de forma mais aprofundada, as histórias que constituem a trajetória coletiva do Assentamento Emília Maria.

Entretanto, os limites éticos e formais desta etapa da graduação impediram a incorporação sistemática de relatos individuais mais detalhados. Diante disso, amadureceu a proposta de, em momento posterior, organizar uma obra construída em diálogo com os próprios assentados, com o objetivo de sistematizar a história do território a partir da perspectiva de seus sujeitos. A ideia foi recebida de maneira positiva pela comunidade, indicando interesse coletivo na preservação e socialização dessa memória.

Assim, a continuidade desse processo investigativo configura-se como um desdobramento do presente estudo. Após a conclusão da graduação, o pesquisador pretende aprofundar essa proposta em nível de pós-graduação, ampliando a análise desenvolvida e contribuindo para a sistematização histórica e política da experiência do assentamento.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, Diogo de Ávila. **Titula Brasil**: a marca do governo Bolsonaro para o avanço da contrarreforma agrária. *Território e Cidadania*, [S. l.], v. 1, n. 3, 2024. DOI: 10.70685/tc.v1i3.3594. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/territorioecidadania/article/view/3594>. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discurso [de] João Daniel em 28 de novembro de 2024**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=212.2024&nuQuarto=4039271&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC&Data=28/11/2024&txApelido=Jo%C3%A3o%20Daniel&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:04&txEtapa=>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.776, de 2004**. Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2004]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=232050.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Obtenção de terras**. Brasília, DF: Incra, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/obtencao-de-terras>. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relatório 227: Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação: período da criação do projeto 01/01/1960 até 06/01/2026**. Sergipe: INCRA/SIPRA, 6 jan. 2026. 14 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório 227: Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Brasília, DF: INCRA, 2026. 14 p. (Sistema SIPRA). Superintendência Regional do Estado de Sergipe – SR (23).

CABRAL, Alysson André Oliveira. **Reforma agrária no Brasil: a reforma (im)possível**. 2021. 306 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. **REVISTA NERA** – ANO 19, Nº. 32 – Dossiê 2016 – ISSN: 1806-6755.

CAMARGOS, Daniel; JUNQUEIRA, Diego. **Governo Bolsonaro suspende reforma agrária por tempo indeterminado**. Repórter Brasil, São Paulo, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/01/governo-bolsonaro-suspende-reforma-agraria-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

CAMPOS, Marcos Paulo. **Política agrária e desdemocratização nos governos Temer e Bolsonaro**. Conhecer: debate entre o público e o privado, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 40–62, 2023. DOI: 10.32335/2238-0426.2023.13.31.10780. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/10780>. Acesso em: 22 fev. 2026.

CARVALHO, Edilekson Silva de. **Soberania alimentar no Brasil: caminhos (im)possíveis**. 2025. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

DA SILVA, Valdira Rocha Oliveira. **Assentamento Emília Maria: A linha do tempo do Emília Maria por meu olhar 2016 a 2026**. São Cristóvão, SE, 2026. (Manuscrito não publicado)

DE SOUSA, Júnia Marise Matos. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe**. Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

DUARTE, Kamila Alves. **Decifrando o enigma: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do agroamigo no rural do município de Arapiraca (AL)**. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

DUARTE, Kamila Alves; DA SILVA, Nelmiere Ferreira. Decifrando o enigma: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do agroamigo no rural do município de Arapiraca (AL). In: SANTOS, Josiane Soares et al. **Questão agrária e desenvolvimento rural**. Ed. UFS, São Cristóvão, 2017.

DURANS, Claudicéa Alves. **Políticas de raça e classe no Brasil: uma crítica marxista**. 1. ed. São Paulo: Sundermann, 2021. 224 p.

ENGELMANN, Solange; HACKBARDT, Geanini. **Titulação de Bolsonaro deixou famílias assentadas "sem-terra" novamente**. MST, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/08/08/titulacao-de-bolsonaro-deixou-familias-assentadas-sem-terra-novamente/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Centro Cultural Manoel Lisboa, Recife-PE, 2011.

FAVERO, Celso Antonio; DOS SANTOS, Stella Rodrigues. **O Campesinato e o Bolsa Família no Semiárido do Nordeste**. EDUFBA | EDUNEB, Salvador, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021. 208 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 333-362, dez. 2020.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. e1, 2022. DOI: 10.5902/2318179668371.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GLOBO (G1.COM) São Cristóvão decreta situação de emergência por causa das chuvas. G1 SE, 25 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/sao-cristovao-decreta-situacao-de-emergencia-por-cao-das-chuvas.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações geográficas e estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/base_de_informacoes_sobre_os_povos_indigenas_e_quilombolas/indigenas_e_quilombolas_2019/Notas_Tecnicas_Base_indigenas_e_quilombolas_20200520.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **Mulheres Mil realiza formatura da turma do Acampamento Emília Maria, em São Cristóvão**. Aracaju, 2024. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/11975-mulheres-mil-realiza-formatura-da-turma-do-acampamento-emilia-maria-em-sao-cristovao.html>. Acesso em: 25 jan. 2026.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007.

LANCE SE. **Detalhes do item 44123**. Disponível em: <https://www.lancese.com.br/item/44123/detalhes?page=1>. Acesso em: 2 fev. 2026.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?** Editorial Avante!. Edições Progresso Lisboa-Moscovo, 1977.

LOPES, Edna Batistella. **Manual de metodologia**. 1. ed. Curitiba : Instituto EMATER , 2016. 60 p.

MACHADO, Cesar Augusto. **Diferença entre invasão e ocupação de imóveis**. Jusbrasil, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferenca-entre-invasao-e-ocupacao-de-imoveis/1660147333>. Acesso em: 16 fev. 2026.

MARX, Karl. **O Capital**. Boitempo Editorial; 3ª edição, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Editorial Avante!. Edições Progresso Lisboa-Moscovo, 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. Ed. Anita Garibaldi, São Paulo, 2024.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. Editora Dandara, São Paulo, 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Entenda como estamos organizados**. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/10/entenda-como-estamos-organizados/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **MST invade ou ocupa? Entenda como acontece a luta pela terra no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/26/mstinvade-ou-ocupaca-entenda-como-o-acontece-a-luta-tua-em-terras-improdutivas/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Ocupação não é invasão**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/27/ocupacao-nao-e-invasao/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

PACTO CONTRA A FOME. **Soberania Alimentar**. [202]. Disponível em: <https://pactocontrafome.org/soberania-alimentar/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural – os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. Outras Expressões, CLACSO. São Paulo, Buenos Aires, 2013.

RESENDE, Anieli. **Juventude Sem Terra realiza ocupação em Sergipe**. Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil), 11 ago. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/08/11/juventude-sem-terra-realiza-ocupacao-em-sergipe/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Iris Karine dos Santos. A reforma agrária e as políticas de desenvolvimento agrário no Brasil recente. In: SANTOS, Josiane Soares et al. **Questão agrária e desenvolvimento rural**. Ed. UFS, São Cristóvão, 2017.

São Cristóvão decreta situação de emergência por causa das chuvas. **G1 SE**, 25 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/sao-cristovao-decreta-situacao-de-emergencia-por-causa-das-chuvas.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SÃO CRISTÓVÃO. Prefeitura Municipal. **Assentamento Emília Maria conquista assinatura do termo de posse com apoio da Prefeitura de São Cristóvão**. São Cristóvão, 2025. Disponível em: <https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/assentamento-emilia-maria-conquista-assinatura-do-termo-de-posse-com-apoio-da-prefeitura-de-sao-cristovao>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SÃO CRISTÓVÃO. Prefeitura Municipal. **Entrega de certificados marca o encerramento do curso de operação e manutenção de tratores para moradores do Acampamento Emília Maria.** São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/entrega-de-certificados-marca-o-encerramento-do-curso-de-operacao-e-manutencao-de-tratores-para-moradores-do-acampamento-emilia-maria>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SÃO CRISTÓVÃO. Prefeitura Municipal. **Prefeitura e SAAE levam programa Águas de São Cristóvão ao Acampamento Emília Maria.** São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/prefeitura-e-saae-levam-programa-aguas-de-sao-cristovao-ao-acampamento-emilia-maria>. Acesso em: 25 jan. 2026.

TORRES, Díjna. **Emília Maria e a preservação dos territórios a partir das práticas agroecológicas.** Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil), 30 out. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/10/30/emilia-maria-e-a-preservacao-dos-territorios-a-partir-das-praticas-agroecologicas/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

TORRES, Díjna; FERNANDO, Luiz. **Terra de resistência: Emília Maria um marco de esperança e soberania no SE.** Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil) , 15 mar. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/03/15/terra-de-resistencia-emilia-maria-um-marco-de-esperanca-e-soberania-no-se/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP.** Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p.

ANEXOS

Anexo A – Diário de Campo

Diário de Campo: 01/12/2025

ASSOCIADO E DIVIDIDO EM 7 GRUPOS ADO GESTIONAROS COORDINADOS POR UM HOMEN E UMA MULHER

2 ESTUDANTES DA UFS → 1. MARINA → AGRICULTURA } VIZINA E MÃE DE VAGUEIRA E
MAI ALGUNS ESTUDANTES NO 2. PRUELA → ZOOTECNIA } ASSISTENTE

REPERCIONADOS 155, ALGUNS JÁ FORMADOS

PELA JOANA e PELO SEU ALMOIDA → BRNOS NO CANTINA

↳ REDE DINICIO

↳ RESUMO DE EDUCACÃO

↳ EDUCADOR

TEM UMA IENELL ESTÓLIDA E UMA EVA RCELIDA

↳ LUSIENE

POR JOANA:

→ FOI OCUPADO NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2016

→ A PRINCIPAL ERA UM ASSENTAMENTO PARA JOENS

→ INICILMENTE ERAM ENTRE DE 300 FAMILIAS, ATUALMENTE 483 FAMILIAS } ESTA BELERDO PARA

→ A FAZENDA ERA UMA FAZENDA DE CUBALITPO → A DONA ERA UMA } DE FIMTE FAMILIA

→ DESOERTARUM ATRAVES ATRIA QUE IRAM USAR → O INCHA e O MOVIMENTO

→ AQUI FUNCIONAVA DESMAREHE DE ENTROS e ESTUDAM e ESOLMENA A ATRIA.

MATANGA DE ANIMAS INDICADOUM OU DESOVA DE ENTROS

→ NO DIA DA OCUPACÃO VETERAN 80 FAMILIAS e DEPOIS VETERAN MAIS

↳ RESPOUSÁVEL ZE POGENTO e TONALDO

→ ERDA FAMILIA TEM QUE MONTAR SEU PRÓPRIO BARRACO


→ O PRO CESSO DE FORMACÃO POLITICA ACONTECE DURANTE O PROCESSO DO AGRUPAMENTO

→ OCUPACÃO TEM UM PRÓPOSTO POLITICO.

22/11/11

→ A FAZENDA FOI A LEILÃO EM 2024 e ATUALMENTE PELO INCHA

→ PADREUNA FORTALECEU A UNIAO → FOI UM DIVISOR DE TERAS

LOTE 001 

LOTE 001

IMÓVEL RURAL COM 944,11 HECTARES - FAZENDA SÃO JOSÉ - SAO CRISTÓVÃO/SE

As fotos são meramente ilustrativas

ENCERRADO

LEILOEIRO OFICIAL

Valério Cesar de Azevedo Deda
JUCESE 07/2008



**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE**

LEILÃO JUDICIAL DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e obter dados estatísticos sobre uso de nosso website.

Ao continuar navegando, você aceita nossa política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa **Política de Cookies**.

Online
Data 1º Leilão: 25/10/2024 10:00

Continuar e Fechar



Lance Inicial: R\$38.120.000,00**Data 2º Leilão:** 11/11/2024 10:00**Lance Inicial:** R\$19.060.000,00**Data 3º Leilão:** 27/11/2024 10:00**Lance Inicial:** R\$1,00**Local do Leilão:** Eletronicamente através do site WWW.LANCESE.COM.BR - Aracaju - SE**Valor de Avaliação:** R\$38.120.000,00

Configurações do Leilão Online

(Para encerramento dos lotes)

Intervalo de tempo entre os lotes: 00:03:00

(intervalo de tempo definido entre cada lote)

Faixa de acréscimo de tempo: 00:03:00

(para novos lances ofertados dentro dessa faixa)

Tempo a acrescentar: 00:03:00

(caso sejam ofertados novos lances dentro da faixa de acréscimo)

[? Mais Informações](#)

Detalhes do Lote

Compartilhar:

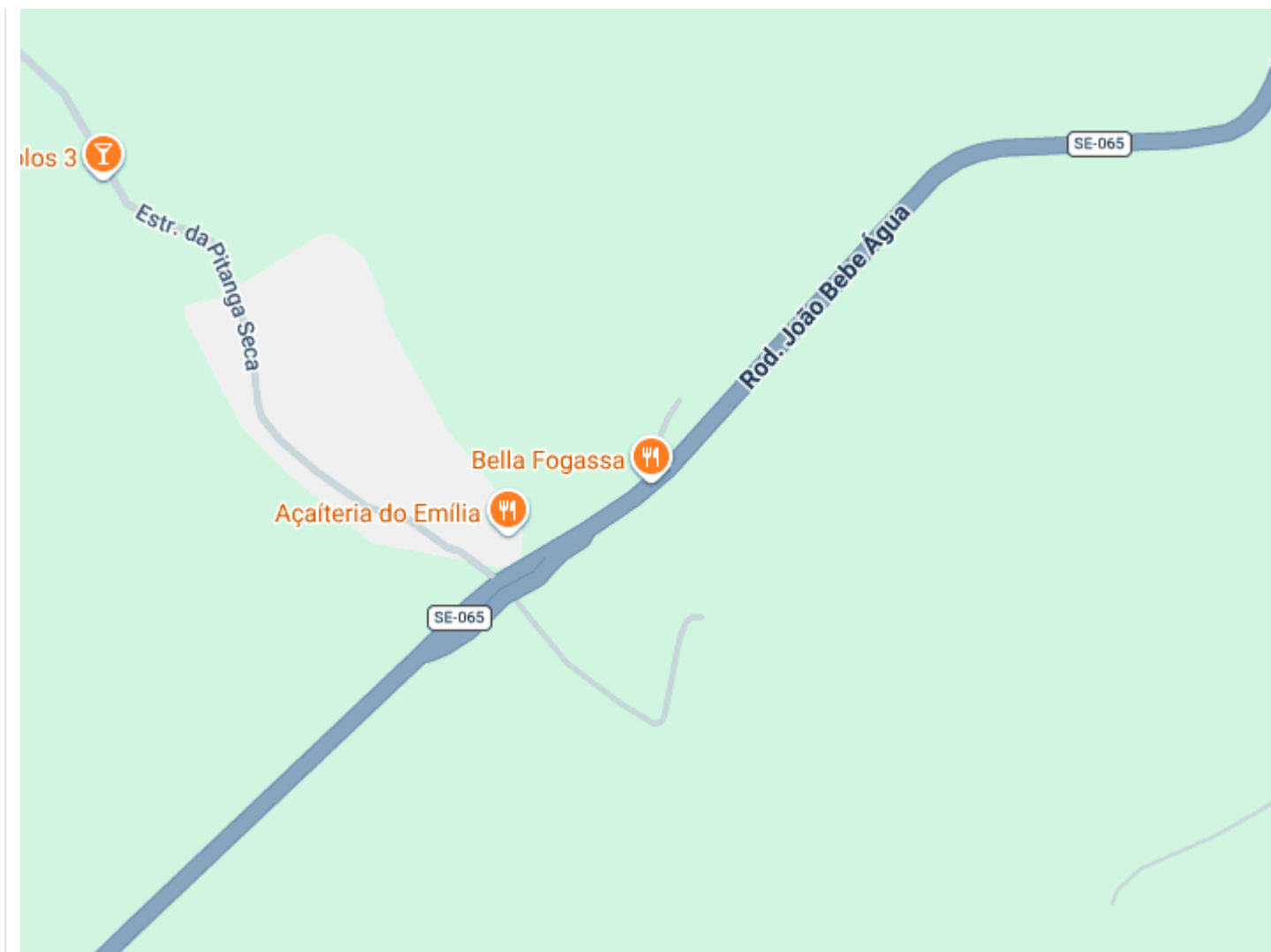
**Comitente:** 14ª Vara Cível da Comarca de Aracaju**Cidade:** São Cristóvão/SE**Endereço:** Rodovia João Bebe Água**Matrícula:** Nº 2.827 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Cristóvão/SE**Descrição:** Um imóvel rural denominado "FAZENDA SÃO JOSÉ", situado no município de São Cristóvão/SE, com área apurada de 944,11 hectares, localizado na Rodovia SE 065 (Rodovia João Bebe Água – Estrada de São Cristóvão). Matrícula nº 2.827 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Cristóvão/SE. Valor de Avaliação R\$ 38.120.000,00 (trinta e oito milhões cento e vinte mil reais).

Localização do Imóvel

Endereço: Rodovia João Bebe Água**Cidade:** São Cristóvão / SE

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e obter dados estatísticos sobre uso de nosso website.

Ao continuar navegando, você aceita nossa política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa **Política de Cookies**.



CONTATOS

Pátio: Av. Confiança, nº 640
Bairro Industrial - Aracaju/SE
CEP: 49065-230

Escritório: R. Moacir Wanderley, 185
Empresarial Jardins, Sala 506
Bairro Jardins - Aracaju/SE
CEP: 49025-510

Telefones

(79) 3211-6418 | (79) 99984-0984
(79) 99836-5206 | (79) 99979-7272

contato@lancese.com.br

Atendimento de Segunda à Sexta
das 8h às 13h

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e obter dados estatísticos sobre uso de nosso website.

Ao continuar navegando, você aceita nossa política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa **Política de Cookies**.

MENU
Leilões
O Leiloeiro



[Como Vender](#)[Dúvidas?](#)[Fale Conosco](#)

CONECTE-SE



Receba nosso informativo

Nunca vamos compartilhar seu email.

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e obter dados estatísticos sobre uso de nosso website.

Ao continuar navegando, você aceita nossa política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa **Política de Cookies**.





O SR. JOÃO DANIEL (Bloco/PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os visitantes que nos acompanham aqui no plenário e aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara* e demais meios de comunicação desta Casa.

Sr. Presidente, eu queria parabenizar pela luta pela terra no Brasil, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que luta por uma das causas mais importantes neste País, que é a da reforma agrária. Todo país, toda nação desenvolvida, que cresceu economicamente, que se desenvolveu e tem um povo com muita esperança, fez distribuição da terra. A terra é um bem da natureza e nunca poderia servir para especulação. Todo homem e toda mulher têm o direito constitucional e o direito sagrado de ter sua casa para morar, de ter sua terra para produzir, para produzir alimentos saudáveis, para produzir alimentos para a Nação brasileira.

Quero parabenizar pela luta o Acampamento Emília Maria, do Município de São Cristóvão, Estado de Sergipe.

Aliás, São Cristóvão, nos próximos dias, vai promover mais uma edição do Festival de Artes de São Cristóvão, um dos maiores festivais da Região Nordeste, um dos mais importantes de Sergipe, da cultura verdadeira e popular.

Neste Município, há muitos anos lutam 140 famílias na Fazenda São José. Eu quero parabenizar todos os servidores do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Na pessoa do Superintendente do INCRA em Sergipe, saúdo a equipe nacional, a equipe estadual, todos os técnicos, engenheiros e procuradores que se envolveram nesta grande ação que foi a aquisição, por via judicial, por leilão, de áreas penhoradas, com dívidas, que estavam improdutivas, sem produzir. Foram adquiridos 800 hectares pelo INCRA ontem. A partir de agora, será organizado um assentamento de famílias, o futuro Assentamento Emília Maria, no Município de São Cristóvão.

Quero parabenizar todas as famílias que lutam pela terra no Brasil. Esta luta é fundamental para vivermos num país mais digno, em que se possa produzir alimentos.

Queremos que o Governo Federal e o Congresso Nacional garantam recursos, orçamento, para a melhoria da estrutura dos assentamentos atuais com abastecimento de água, estradas, escolas, com infraestrutura, mas também, principalmente, com o assentamento das famílias acampadas no Brasil, hoje mais de 60 mil, porque os dois últimos Governos, os Governos Temer e Bolsonaro, abandonaram completamente, Deputado Vicentinho, os programas sociais, em especial os do campo. O Governo Lula volta como uma esperança, e é preciso que essa esperança se transforme em orçamento e ações.

Quero parabenizar o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, o Presidente do INCRA, César Aldrighi, e todos os diretores. Nós aqui, juntos, precisamos lutar por orçamento, buscar orçamento. Ontem tivemos, nesta Casa, no Plenário 15, coordenada pelo Núcleo Agrário da bancada do Partido dos Trabalhadores, uma reunião com o Ministro e os diretores. Ao meio-dia almoçamos com o Presidente da CONAB — Companhia Nacional de Abastecimento. A nossa grande preocupação é a de garantir orçamento e investimento, para que os alimentos continuem baratos e para que aqueles que produzem alimentos sejam valorizados.

Para encerrar, quero dizer que estou muito feliz porque o Governo do Presidente Lula prepara o Programa Desenrola Rural para todas as famílias que estão com dívidas rurais, para voltarem a ter crédito, a acessar crédito, a produzir e a viver com dignidade.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
BA0260000	PA BONITO DAS UMBURANAS	PEDRO ALEXANDRE	1.930,7266	46	43	03	1	16	12/04/2000	Desapropriação	05/08/1999
BA0308000	PA BOM SUCESSO	PEDRO ALEXANDRE	1.753,0982	42	42	03	1	05	08/05/2002	Desapropriação	08/02/2000
BA0318000	PA ARIZONA E OUTRAS	ITAPICURU	2.076,4694	91	88	03	1	24	31/10/2002	Desapropriação	19/07/2001
BA0321000	PA BOM JESUS DAS ORTIGAS	ITAPICURU	1.059,3256	44	32	03	1	41	06/11/2003	Desapropriação	19/07/2001
BA0597000	PA QUILOMBO LAGOAO	ITAPICURU	565,0206	12	7	03	1	49	11/12/2008	Desapropriação	26/12/2006
BA0962000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA I	PEDRO ALEXANDRE	304,7300	17	17	03	1	01	04/01/2021	Desapropriação	27/12/2012
BA0969000	PA HUGO CHAVEZ	ITAPICURU	1.089,1213	50	47	03	1	15	11/10/2013	Desapropriação	19/03/2010
BA0973000	PA JUAREZ TAVARES	RIBEIRA DO AMPARO	551,5413	29	24	03	1	6	14/04/2014	Desapropriação	25/02/2009
BA0975000	PA NOVA ALVORADA	ITAPICURU	535,3074	30	30	03	1	11	17/09/2014	Desapropriação	22/09/2010
BA0980000	PA PROVIDENCIA	PEDRO ALEXANDRE	354,1694	16	16	03	1	17	04/12/2013	Desapropriação	23/07/2010
BA0982000	PA NOVO SONHO	PEDRO ALEXANDRE	1.155,9200	58	51	03	1	13	17/09/2014	Desapropriação	06/04/2009
BA0986000	PA FAZENDA RENATA	RIBEIRA DO AMPARO	9.890,4308	346	325	03	1	999	23/05/2022	Desapropriação	23/12/2011
SE0002000	PA SANTANA DOS FRADES	PACATUBA	1.401,0000	93	91	07	1	00248	13/09/1982	Desapropriação	17/11/1981
SE0003000	PA BARRA DA ONÇA	POCO REDONDO	6.261,9400	211	202	07	1	00736	01/10/1986	Desapropriação	27/06/1986
SE0004000	PA ILHA DO OURO	PORTO DA FOLHA	1.320,3375	94	87	07	1	00441	26/05/1987	Desapropriação	05/12/1986
SE0005000	PA BORDA DA MATA	CANHOBA	1.210,0000	80	80	03	1	00440	26/05/1987	Desapropriação	17/12/1986
SE0006000	PA TRES CANCELAS	JAPOATA	484,8000	23	23	07	1	00901	28/06/1988	Desapropriação	04/09/1987
SE0007000	PA PEDRAS GRANDES	POCO REDONDO	636,8800	27	27	07	1	01323	30/09/1988	Desapropriação	15/04/1988
SE0008000	PA CRUIRI	PACATUBA	584,9500	35	33	07	1	00129	16/08/1989	Desapropriação	06/04/1989
SE0009000	PA IVAN RIBEIRO	JAPARATUBA	635,0942	43	41	03	1	00017	05/03/1990	Desapropriação	04/07/1989
SE0010000	PA NOVA ESPERANÇA	GARARU	1.003,6000	40	38	07	1	00013	02/04/1991	Desapropriação	04/07/1989
SE0011000	PA VITORIA DA UNIÃO	SANTA LUZIA DO ITANHY	798,0408	92	90	07	1	00012	02/04/1991	Desapropriação	06/07/1989



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0012000	PA SÃO FRANCISCO	CRISTINAPOLIS	467,0000	51	56	07	1	00007	02/04/1991	Desapropriação	05/07/1989
SE0013000	PA SANTA LUZIA	SANTA LUZIA DO ITANHY	637,7200	62	51	07	1	00004	02/04/1991	Desapropriação	19/12/1989
SE0014000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	400,0000	24	24	07	1	00009	02/04/1991	Desapropriação	05/07/1989
SE0015000	PA PADRE CICERO	PROPRIA	419,8802	41	39	07	1	00015	02/04/1991	Desapropriação	04/07/1989
SE0016000	PA NOSSA SENHORA SANTANA	PACATUBA	187,3939	38	35	07	1	00387	15/12/1992	Compra e Venda	08/08/1988
SE0017000	PA MOACIR WANDERLEY	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	355,9276	37	37	07	1	00076	12/08/1993	Compra e Venda	24/02/1993
SE0018000	PA CAIPE	NOSSA SENHORA DAS DORES	269,5000	20	20	03	1	00223	25/03/1994	Compra e Venda	25/01/1992
SE0019000	PA SANTO ANTONIO DO BETUME	NEOPOLIS	3.622,0004	323	317	06	1	00012	04/07/1995	Doação	21/07/1994
SE0020000	PA OITO DE MARÇO	ITAPORANGA D AJUDA	1.858,7450	100	93	03	1	00027	31/10/1995	Desapropriação	21/01/1994
SE0021000	PA FLOR DA SERRA	POCO REDONDO	917,8700	41	41	06	1	00006	18/03/1996	Desapropriação	18/03/1995
SE0022000	PA MOCAMBO	SANTA LUZIA DO ITANHY	299,0518	40	38	07	1	00084	16/04/1996	Desapropriação	12/01/1995
SE0023000	PA MANOEL MARTINHO	CARIRA	1.096,3915	60	57	07	1	00007	26/06/1996	Desapropriação	24/03/1995
SE0024000	PA BOM JESUS	INDIAROBA	325,1600	35	37	06	1	00017	10/12/1996	Desapropriação	10/07/1996
SE0025000	PA VAZA BARRIS	PINHAO	1.342,1450	50	46	07	1	00023	30/12/1996	Desapropriação	08/02/1996
SE0026000	PA CUIABÁ	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2.023,9000	200	189	03	1	22	30/12/1996	Desapropriação	09/05/1996
SE0027000	PA CURRALINHO	POCO REDONDO	1.175,0000	50	45	06	1	00021	27/12/1996	Desapropriação	08/02/1996
SE0028000	PA FLOR DO MUCURI	DIVINA PASTORA	773,7579	80	80	07	1	00020	27/12/1996	Desapropriação	09/05/1996
SE0029000	PA 22 DE NOVEMBRO	LAGARTO	898,4624	50	50	06	1	00019	27/12/1996	Desapropriação	30/07/1996
SE0030000	PA MANGABEIRA	UMBAUBA	518,5600	50	49	07	1	00001	10/03/1997	Desapropriação	15/08/1996
SE0031000	PA JOSÉ GOMES DA SILVA	LAGARTO	548,7448	40	39	06	1	00007	04/07/1997	Desapropriação	24/10/1996



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0032000	PA MANOEL FERREIRA	ESTANCIA	224,0951	23	23	06	1	00008	04/07/1997	Desapropriação	20/12/1993
SE0033000	PA VITÓRIA DE SÃO ROQUE	CRISTINAPOLIS	195,9300	30	29	06	1	00011	12/09/1997	Desapropriação	05/11/1996
SE0034000	PA BOM JARDIM	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	603,6514	28	30	06	1	00024	31/12/1997	Desapropriação	08/05/1997
SE0035000	PA SANTA MARIA DA LAGE	POCO VERDE	433,5300	26	27	06	1	00027	31/12/1997	Desapropriação	24/10/1996
SE0036000	PA SETE BREJOS	INDIAROBA	340,0000	67	66	06	1	00026	31/12/1997	Desapropriação	31/12/1997
SE0037000	PA PIONEIRA	POCO REDONDO	453,2362	21	17	06	1	00025	31/12/1997	Desapropriação	11/07/1997
SE0038000	PA JACARÉ CURITUBA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	9.194,6851	829	814	03	1	022	29/12/1997	Desapropriação	24/09/1997
SE0043000	PA FORTALEZA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	922,6250	50	44	06	1	00024	29/12/1997	Desapropriação	11/07/1997
SE0044000	PA MODELO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	837,6151	30	29	07	1	00001	16/04/1998	Desapropriação	13/01/1998
SE0045000	PA QUEIMADA GRANDE	POCO REDONDO	3.909,5056	150	145	05	1	00016	12/08/1998	Desapropriação	24/09/1997
SE0046000	PA SERRA DO RIO REAL	TOMAR DO GERU	1.099,8622	45	45	05	1	00017	12/08/1998	Desapropriação	27/11/1997
SE0047000	PE OITO DE JULHO	NEOPOLIS	202,2700	29	30	04	3	00026	03/09/1998	Reconhecimento	03/09/1998
SE0048000	PA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	656,2600	28	28	05	1	00027	09/09/1998	Desapropriação	10/11/1997
SE0049000	PA OITO DE OUTUBRO	SIMAO DIAS	1.859,9271	82	80	04	1	00028	09/09/1998	Desapropriação	17/04/1998
SE0050000	PA CHICO MENDES	INDIAROBA	298,7446	33	33	07	1	00036	15/12/1998	Desapropriação	03/07/1998
SE0051000	PA TAPERA	LAGARTO	1.154,3022	80	79	06	1	38	17/12/1998	Desapropriação	29/04/1998
SE0052000	PA BELA VISTA	INDIAROBA	275,9254	28	29	07	1	00034	15/12/1998	Desapropriação	02/04/1998
SE0053000	PA CARLOS LAMARCA	SIMAO DIAS	617,3515	35	32	03	1	00040	17/12/1998	Desapropriação	02/04/1998
SE0054000	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO	LAGARTO	794,4515	45	44	05	1	00041	17/12/1998	Desapropriação	20/08/1998
SE0055000	PA CAMPO ALEGRE	UMBAUBA	253,0000	25	25	04	1	00042	17/12/1998	Desapropriação	01/09/1998
SE0057000	PA ÁGUA VERMELHA	NEOPOLIS	651,0000	35	32	04	1	00044	17/12/1998	Desapropriação	25/11/1997



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0058000	PA MARGARIDA ALVES	JAPOATA	376,5289	29	29	04	1	00045	17/12/1998	Desapropriação	01/09/1998
SE0060000	PA NOVO MULUNGU	POCO REDONDO	249,3766	10	9	04	1	00047	17/12/1998	Desapropriação	17/12/1998
SE0061000	PA CABOCLA	LAGARTO	330,5251	25	23	06	1	00048	17/12/1998	Compra e Venda	17/12/1998
SE0062000	PA ZUMBI DOS PALMARES	PEDRA MOLE	1.884,9043	72	73	03	1	00019	09/06/1999	Desapropriação	07/12/1998
SE0063000	PA TIRADENTES	LAGARTO	722,7736	30	28	06	1	00018	09/06/1999	Desapropriação	05/11/1998
SE0064000	PA CAMILO TORRES	LAGARTO	701,6000	30	17	04	1	00020	10/08/1999	Desapropriação	20/07/1999
SE0065000	PCA NELSON EMÍDIO DOS SANTOS	ESTANCIA	77,4000	30	24	04	7	00024	24/09/1999	Compra e Venda	24/09/1999
SE0066000	PA SÃO JOSE DO NAZARÉ	POCO REDONDO	743,2000	26	26	05	1	00030	04/11/1999	Desapropriação	03/06/1998
SE0067000	PA 27 DE OUTUBRO	SIMAO DIAS	777,8131	37	36	04	1	00032	23/11/1999	Desapropriação	14/07/1999
SE0068000	PA CACHOEIRINHA	GARARU	2.670,7916	99	89	04	1	00035	26/11/1999	Desapropriação	07/12/1998
SE0069000	PA LUIZ CARLOS PRESTES	CARIRA	736,3212	35	36	05	1	00036	06/12/1999	Desapropriação	14/07/1999
SE0070000	PA PARAÍSO DE SÃO PEDRO	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	1.511,4000	70	78	04	1	00039	24/12/1999	Desapropriação	24/12/1999
SE0071000	PA ROSELI NUNES	ESTANCIA	252,5600	35	36	03	1	38	24/12/1999	Desapropriação	24/12/1999
SE0072000	PA SAMBAMBIRA	SANTANA DO SAO FRANCISCO	238,3434	25	24	03	1	00009	28/07/2000	Desapropriação	30/09/1999
SE0074000	PA LAGOA DA AREIA	POCO REDONDO	3.984,8256	160	151	04	1	42	29/12/1999	Desapropriação	29/12/1999
SE0075000	PA CAJUEIRO	POCO REDONDO	2.825,2350	112	107	04	1	00043	29/12/1999	Desapropriação	14/07/1999
SE0076000	PCA PALMEIRAS	CARMOPOLIS	127,0000	46	41	04	7	00040	24/12/1999	Reconhecimento	24/12/1999
SE0077000	PCA GOV. AUGUSTO FRANCO	SÃO CRISTOVAO	74,1200	30	30	03	7	00003	23/03/2000	Reconhecimento	22/03/2000
SE0078000	PA PAULO FREIRE	PORTO DA FOLHA	1.181,0000	40	36	04	1	00017	20/11/2000	Desapropriação	24/11/2000
SE0079000	PA INDEPENDÊNCIA NOSSA SENHORA DO CARMO	PACATUBA	2.812,3600	90	88	04	1	00018	20/11/2000	Desapropriação	20/11/2000
SE0080000	PA SÃO RAIMUNDO	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	266,4884	10	8	06	1	00021	14/12/2000	Desapropriação	18/11/1999



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0081000	PA MARIA BONITA	SÍMAO DIAS	1.010,7940	35	34	04	1	00020	14/12/2000	Desapropriação	09/02/2000
SE0082000	PA JOSÉ UNALDO DE OLIVEIRA	PORTO DA FOLHA	211,7718	15	11	06	1	00007	21/06/2001	Desapropriação	18/09/2000
SE0083000	PA ESPIRITO SANTO	TOMAR DO GERU	67,8837	11	12	04	1	00006	21/06/2001	Desapropriação	18/09/2000
SE0084000	PA DORCELINA FOLADOR	ITAPORANGA D AJUDA	645,5874	51	49	03	1	00008	21/06/2001	Desapropriação	08/08/2000
SE0085000	PA UNIÃO DOS CONSELHEIROS	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	627,0131	25	25	06	1	00009	21/06/2001	Desapropriação	10/11/2000
SE0086000	PA SOL NASCENTE	NEOPOLIS	268,6133	40	40	04	1	011	21/06/2001	Desapropriação	08/08/2000
SE0087000	PA MANDACARU	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.649,4182	60	57	04	1	00010	21/06/2001	Desapropriação	10/04/2000
SE0088000	PA PAULO FREIRE II	ESTANCIA	202,6010	24	24	03	1	00015	03/10/2001	Desapropriação	10/04/2000
SE0089000	PA JOSE FELIX DE SÁ	AQUIDABA	239,0420	24	23	04	1	00016	23/10/2001	Desapropriação	04/10/2000
SE0090000	PA FLORESTAN FERNANDES	CANINDE DE SAO FRANCISCO	824,9744	31	27	06	1	00006	09/04/2002	Desapropriação	10/11/2000
SE0091000	PA 27 DE ABRIL	TOMAR DO GERU	690,5900	57	57	04	1	010	12/04/2002	Desapropriação	06/09/2001
SE0092000	PA CALDEIRÃO	POCO REDONDO	507,5300	19	19	06	1	00008	09/04/2002	Desapropriação	19/06/2001
SE0093000	PA CLEONICE ALVES	SANTA LUZIA DO ITANHY	620,3609	50	54	04	1	007	09/04/2002	Desapropriação	19/06/2001
SE0094000	PA NOSSA SENHORA DA BOA HORA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	502,1441	25	25	04	1	00009	12/04/2002	Desapropriação	20/08/2001
SE0095000	PA EDIMILSON OLIVEIRA	CARIRA	830,4336	40	40	04	1	00012	06/05/2002	Desapropriação	06/08/2001
SE0096000	PA NOVA VIDA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	424,1674	14	14	04	1	015	20/06/2002	Desapropriação	31/08/2001
SE0097000	PA MARTIRES DE ELDORADO	LAGARTO	945,6287	60	53	04	1	0023	07/10/2002	Desapropriação	26/11/2001
SE0099000	PA MONTE SANTO I	CANINDE DE SAO FRANCISCO	354,1129	14	11	06	1	014	19/06/2002	Desapropriação	26/11/2001
SE0100000	PE DANDARA	RIACHUELO	3.893,6439	305	297	05	3	22	26/09/2002	Reconhecimento	26/09/2002
SE0101000	PA MARIA BONITA I	POCO REDONDO	1.092,4759	39	37	04	1	0027	04/11/2002	Desapropriação	19/07/2001



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0102000	PA SANTA MARIA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	455,9462	16	15	06	1	028	18/11/2002	Desapropriação	26/11/2001
SE0103000	PA SANTA RITA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.143,1928	40	39	06	1	103	25/11/2002	Desapropriação	26/11/2001
SE0104000	PA JOÃO AMAZONAS	LAGARTO	379,0942	15	14	04	1	024	10/10/2002	Desapropriação	22/04/2002
SE0105000	PA NOVO PARAÍSO	POCO REDONDO	1.074,3189	40	41	04	1	025	25/11/2002	Desapropriação	25/03/2002
SE0106000	PA JOÃO PEDRO TEIXEIRA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	3.740,3164	145	132	04	1	025	21/10/2002	Desapropriação	19/07/2001
SE0107000	PA MARIA FEITOSA	POCO REDONDO	1.271,8579	45	43	04	1	032	25/11/2002	Desapropriação	25/03/2001
SE0108000	PA MARIA VITORIA	GARARU	420,3063	13	13	06	1	00021	20/10/2003	Desapropriação	18/09/2002
SE0109000	PA FLOR DA INDIA	GARARU	301,4281	11	11	06	1	00022	20/10/2003	Desapropriação	06/11/2002
SE0110000	PA JOÃO DO VALE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	559,1057	19	15	04	1	024	22/12/2003	Desapropriação	25/02/2003
SE0111000	PA RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	602,4206	21	21	06	1	025	22/12/2003	Desapropriação	11/02/2003
SE0112000	PA TERRA PROMETIDA	PROPRIA	197,7816	12	12	04	1	004	30/03/2004	Desapropriação	05/11/2002
SE0113000	PA TREZE DE MAIO	JAPARATUBA	482,2378	42	42	04	1	005	31/03/2004	Desapropriação	18/07/2003
SE0114000	PE RITA CACETE	SAO CRISTOVAO	642,0300	55	52	04	3	0030	13/09/2004	Reconhecimento	13/09/2004
SE0115000	PA DIONÍZIO DA CRUZ	SAO FRANCISCO	500,7099	25	24	03	1	0013	13/10/2004	Desapropriação	29/09/2003
SE0116000	PA JOSÉ RIBAMAR	NOSSA SENHORA DA GLORIA	823,9632	32	29	05	1	014	19/10/2004	Desapropriação	25/02/2003
SE0117000	PA JOSENILTON ALVES	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	356,5423	14	14	04	1	020	17/11/2004	Desapropriação	02/04/2004
SE0118000	PA DOZE DE MARÇO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.413,2543	43	42	06	1	005	24/03/2005	Desapropriação	23/11/2004
SE0119000	PA KARL MARX	LAGARTO	969,4180	40	37	04	1	021	13/12/2004	Desapropriação	03/02/2004
SE0120000	PA RAIMUNDO MONTEIRO I	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	162,0059	6	7	06	1	022	14/12/2004	Desapropriação	30/09/2003



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0121000	PA SÃO CRISTOVÃO	CARIRA	1.130,8144	53	54	03	1	006	11/04/2005	Desapropriação	14/04/2004
SE0122000	PA PRIMEIRO DE MAIO	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	665,3294	24	24	03	1	008	11/04/2005	Desapropriação	13/11/2003
SE0123000	PA LUIZ BELTRANO	NOSSA SENHORA DA GLORIA	536,2839	20	20	03	1	007	11/04/2005	Desapropriação	26/04/2004
SE0124000	PA DOM HELDER CAMARA	ITAPORANGA D AJUDA	203,4321	20	20	03	1	009	11/04/2005	Desapropriação	10/09/2004
SE0125000	PA VITORIA DO SÃO FRANCISCO	PORTO DA FOLHA	477,2646	30	23	03	1	010	11/04/2005	Desapropriação	05/04/2004
SE0126000	PA 17 DE ABRIL	ESTANCIA	342,8920	30	27	03	1	0012	10/05/2005	Desapropriação	23/09/2004
SE0127000	PA NELSON MANDELA	POCO REDONDO	294,9129	17	17	03	1	013	10/05/2005	Desapropriação	23/09/2004
SE0128000	PA DJALMA CESÁRIO	POCO REDONDO	229,8369	9	9	03	1	014	11/05/2005	Desapropriação	23/09/2004
SE0129000	PA CARLITO MAIA	POCO REDONDO	146,9738	6	6	03	1	015	11/05/2005	Desapropriação	23/09/2004
SE0130000	PA MADRE TEREZA DE CALCUTÁ	POCO REDONDO	196,7279	8	8	03	1	016	11/05/2005	Desapropriação	23/09/2004
SE0131000	PA TIAGO SOARES SANTOS RIBEIRO	TOBIAS BARRETO	198,6374	10	9	03	1	21	01/06/2005	Desapropriação	23/09/2004
SE0132000	PA BELO MONTE	TOBIAS BARRETO	366,7405	25	25	03	1	22	01/06/2005	Desapropriação	10/09/2004
SE0133000	PAE AGROEXTRATIVISTA FEDERAL SÃO SEBASTIÃO	PIRAMBU	610,3120	30	30	03	2	023	08/07/2005	Desapropriação	07/08/2001
SE0134000	PA JOELIA LIMA	INDIAROBA	507,4000	45	45	03	1	24	19/07/2005	Desapropriação	23/09/2004
SE0135000	PA NOVO MARIMBONDO	TOBIAS BARRETO	1.359,2455	76	76	03	1	25	19/10/2005	Desapropriação	29/12/2004
SE0136000	PA ZUMBI	TOBIAS BARRETO	413,9683	27	27	03	1	26	19/10/2005	Desapropriação	14/04/2004
SE0137000	PA IRMÃ MARIA JOANA HERMINIA	SAO FRANCISCO	239,3578	15	15	03	1	27	20/10/2005	Desapropriação	26/04/2004
SE0138000	PA ESPECIAL LAGOA GRANDE	NOSSA SENHORA DAS DORES	364,9107	250	242	06	1	068	27/12/2005	Doação	14/06/2002
SE0139000	PA DARCI RIBEIRO	ITAPORANGA D AJUDA	447,8845	33	33	03	1	84	12/12/2005	Desapropriação	25/05/2005
SE0140000	PA CAIO PRADO	ESTANCIA	1.009,0939	90	86	03	1	85	12/12/2005	Desapropriação	13/01/2005
SE0141000	PA JOSÉ EMÍDIO DOS SANTOS	CAPELA	3.130,8421	280	276	03	1	86	12/12/2005	Desapropriação	10/10/1996



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0142000	PA ROSA DE LUXEMBURGO	ESTANCIA	258,9013	26	26	03	1	087	12/12/2005	Desapropriação	29/07/2005
SE0143000	PA SÃO JOÃO BATISTA	CEDRO DE SAO JOAO	199,8142	14	13	03	1	088	19/12/2005	Desapropriação	25/05/2005
SE0144000	PA HUGO HEREDIA	SANTO AMARO DAS BROTAS	312,1541	24	23	03	1	89	15/02/2006	Desapropriação	13/01/2005
SE0145000	PA CHEGUEVARA	POCO REDONDO	649,1572	33	31	03	1	90	15/02/2006	Desapropriação	13/01/2005
SE0146000	PA IRMÃ DOROTHY	LAGARTO	471,9073	28	28	03	1	92	30/03/2006	Desapropriação	10/09/2004
SE0148000	PA NOVA ALEGRIA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	490,1482	23	24	03	1	93	30/03/2006	Desapropriação	01/06/2005
SE0150000	PA PADRE JOSIMO TAVARES	ITAPORANGA D AJUDA	307,1926	10	10	03	1	95	02/10/2006	Desapropriação	02/10/2006
SE0151000	PA JOSENILTON ALVES II	GARARU	598,9595	16	16	03	1	96	09/10/2006	Desapropriação	09/10/2006
SE0152000	PA DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO	POCO REDONDO	909,1831	41	37	03	1	97	20/12/2006	Desapropriação	12/04/2006
SE0153000	PA SÃO JOSÉ DA QUIXABEIRA	PEDRA MOLE	853,3394	35	33	03	1	98	20/12/2006	Desapropriação	20/12/2006
SE0154000	PA CANAÃ	TOBIAS BARRETO	389,3088	20	17	03	1	001	12/04/2007	Desapropriação	05/07/2006
SE0155000	PA BISPO DOM HELDER CÂMARA	ESTANCIA	236,6782	28	28	03	1	002	23/04/2007	Desapropriação	03/10/2006
SE0156000	PA SEGUIDORES DE CANUDOS	ITABI	282,3871	10	9	03	1	003	23/04/2007	Desapropriação	03/10/2006
SE0157000	PA OLGA BENÁRIO	SANTO AMARO DAS BROTAS	411,1906	34	35	03	1	04	06/12/2007	Desapropriação	28/12/2005
SE0158000	PA APOLONIO DE CARVALHO	GARARU	160,3523	5	5	03	1	002	25/06/2008	Desapropriação	25/06/2008
SE0159000	PA CARAÍBAS	JAPARATUBA	2.148,4474	115	109	06	1	001	08/04/2008	Desapropriação	19/06/2001
SE0160000	PA ZÉ EMIDIO	NOSSA SENHORA DA GLORIA	852,0645	25	23	03	1	003	27/08/2008	Desapropriação	28/08/2007
SE0161000	PA LUIZA MAHIN	ITAPORANGA D AJUDA	984,9598	25	25	05	1	04	27/08/2008	Desapropriação	27/09/2006
SE0162000	PA GERALDO GARCIA	ESTANCIA	180,2061	16	15	03	1	15	23/12/2008	Desapropriação	23/12/2008
SE0163000	PA FRANCISCO JOSE DOS SANTOS	POCO VERDE	223,0832	10	8	03	1	014	23/12/2008	Desapropriação	23/12/2008



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0164000	PA ROSELI NUNES I	LAGARTO	1.389,0479	61	59	03	1	017	29/12/2008	Compra e Venda	20/10/2008
SE0165000	PE COLONIA AGRÍCOLA ALTO DA BELA VISTA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.502,3907	32	31	03	3	21	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0166000	PE COLONIA AGRÍCOLA ELDORADO DOS CARAJÁS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	937,1720	41	39	03	3	18	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0167000	PE COLONIA AGRÍCOLA SEBASTIÃO ENÉAS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	159,5381	6	6	03	3	19	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0168000	PE COLONIA AGRÍCOLA RONIVALDO FARIAS	POCO REDONDO	1.190,9392	48	46	03	3	20	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0169000	PE COLONIA AGRÍCOLA 09 DE JUNHO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.284,6700	53	52	03	3	22	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0170000	PE COLONIA AGRÍCOLA KARL MARX	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.249,7360	55	51	03	3	23	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0171000	PE COLONIA AGRÍCOLA EMILIA MARIA	POCO REDONDO	517,3300	22	19	03	3	24	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0172000	PE COLONIA AGRÍCOLA ANA PATRICIA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	338,4235	14	14	03	3	25	30/12/2008	Reconhecimento	30/12/2008
SE0173000	PA JACINTO FERREIRA	CARIRA	215,7228	11	11	03	1	2	12/02/2009	Desapropriação	01/01/2009
SE0174000	PA EDMILSON EVARISTO	ESTANCIA	123,0453	10	9	03	1	05	29/04/2009	Compra e Venda	15/04/2009
SE0175000	PA CARLOS LAMARCA II	SAO CRISTOVAO	562,0504	28	28	03	1	11	13/07/2009	Desapropriação	01/01/2009
SE0176000	PA SEPE-TIARAJU	GARARU	516,5740	21	21	03	1	014	10/08/2009	Desapropriação	10/08/2009
SE0177000	PE COLONIA AGRÍCOLA MANOEL DIONÍSIO CRUZ	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2.908,6100	117	117	03	3	15	26/08/2009	Reconhecimento	26/08/2009
SE0178000	PE COLONIA AGRÍCOLA ANTONIO CONSELHEIRO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.049,3500	40	38	03	3	16	26/08/2009	Reconhecimento	19/08/2009
SE0179000	PE COLONIA AGRÍCOLA VALMIR MOTA KENIO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	881,2400	33	30	03	3	17	25/08/2009	Reconhecimento	26/08/2009
SE0180000	PE COLONIA AGRÍCOLA MANRIQUE	POCO REDONDO	76,6985	4	3	03	3	18	26/08/2009	Reconhecimento	26/08/2009
SE0181000	PE COLONIA AGRÍCOLA FLORESTAN FERNANDES	POCO REDONDO	480,4300	20	20	03	3	19	26/08/2009	Reconhecimento	26/08/2009



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0182000	PE COLONIA AGRÍCOLA JOSÉ NOGUEIRA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	310,3030	12	12	03	3	20	26/08/2009	Reconhecimento	26/08/2009
SE0183000	PE COLONIA AGRÍCOLA ANA PATRÍCIA II	POCO REDONDO	597,4375	26	25	03	3	21	26/08/2009	Reconhecimento	26/08/2009
SE0184000	PA ROSA LUXEMBURGO II	SAO CRISTOVAO	923,8908	41	40	07	1	23	09/09/2009	Desapropriação	01/01/2009
SE0185000	PA IRENO ALVES	POCO VERDE	229,7454	8	8	03	1	27	17/11/2009	Compra e Venda	04/11/2009
SE0186000	PA SEPE TIARAJU II	INDIAROBA	1.581,3590	91	90	03	1	28	17/11/2009	Compra e Venda	17/11/2009
SE0187000	PE COLONIA AGRICOLA JOSE RENILSON DE MENEZES	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	339,6096	14	11	03	3	029	20/11/2009	Reconhecimento	20/11/2009
SE0188000	PE COLONIA AGRICOLA PAULO FREIRE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	150,2000	6	6	03	3	030	20/11/2009	Reconhecimento	10/03/2004
SE0189000	PE COLONIA AGRICOLA ADAO PRETO	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2.725,8351	92	90	03	3	031	20/11/2009	Reconhecimento	20/11/2009
SE0190000	PE COLONIA AGRICOLA MORRO DA BARRIGUDA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	834,7900	35	34	03	3	032	20/11/2009	Reconhecimento	17/01/2009
SE0191000	PE COLONIA AGRICOLA ROSELI NUNES	CARIRA	278,0340	20	20	03	3	033	20/11/2009	Reconhecimento	20/11/2009
SE0192000	PE COLONIA AGRICOLA HEBERT DE SOUZA	POCO REDONDO	5.691,8400	261	244	03	3	034	20/11/2009	Reconhecimento	12/11/2009
SE0193000	PE COLONIA AGRICOLA JOSE ACACIO	POCO REDONDO	336,5896	13	13	03	3	035	03/12/2009	Reconhecimento	12/11/2009
SE0194000	PA 27 DE OUTUBRO II	INDIAROBA	332,8748	25	24	03	1	36	09/12/2009	Desapropriação	29/04/2009
SE0195000	PA ANALICIO ARAUJO BARROS	ESTANCIA	88,4357	10	10	03	1	37	18/12/2009	Desapropriação	18/12/2009
SE0196000	PA NICACIO RODRIGUES	INDIAROBA	184,0097	11	11	03	1	42	18/12/2009	Desapropriação	18/12/2009
SE0197000	PA 08 DE AGOSTO	INDIAROBA	220,6310	7	7	03	1	43	18/12/2009	Desapropriação	18/12/2009
SE0198000	PA JACURICI	POCO VERDE	176,3870	11	8	03	1	044	23/12/2009	Desapropriação	06/05/2009
SE0199000	PA ADAO PRETO	NOSSA SENHORA DA GLORIA	2.462,8226	105	107	03	1	045	29/12/2009	Desapropriação	01/01/2009
SE0202000	PE COLONIA AGRICOLA NOVA VIDA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	409,7213	17	17	03	3	7	06/05/2010	Reconhecimento	05/05/2010
SE0203000	PE COLONIA AGRICOLA NOSSA SENHORA APARECIDA	NOSSA SENHORA DA GLORIA	240,9795	11	11	03	3	8	06/05/2010	Reconhecimento	05/05/2010



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0204000	PA CELSO FURTADO	SANTO AMARO DAS BROTAS	703,7153	30	31	03	1	10	19/05/2010	Desapropriação	05/07/2006
SE0206000	PA NOVA ESPERANCA II	CARIRA	126,1812	9	9	03	1	19	20/08/2010	Compra e Venda	17/05/2010
SE0208000	PE COLONIA AGRICOLA PAULO FREIRE II	NOSSA SENHORA DA GLORIA	605,0000	30	29	03	3	25	22/10/2010	Reconhecimento	25/08/2010
SE0209000	PE COLONIA AGRICOLA AUGUSTO BEZERRA	CANINDE DE SAO FRANCISCO	815,9508	36	36	03	3	26	18/11/2010	Reconhecimento	20/09/2010
SE0210000	PE COLONIA AGRICOLA SALETE STROZAKE	POCO REDONDO	74,8900	4	4	03	3	27	18/11/2010	Reconhecimento	18/10/2010
SE0212000	PA NOVO PARAISO II	GRACHO CARDOSO	145,2000	10	8	03	1	8	25/03/2011	Desapropriação	14/07/2009
SE0213000	PA EMILIA MARIA II	PORTO DA FOLHA	311,6852	19	20	03	1	14	02/08/2011	Desapropriação	06/04/2009
SE0214000	PA 05 DE JANEIRO	INDIAROBA	1.627,4039	151	150	03	1	18	30/11/2011	Desapropriação	12/04/2006
SE0215000	PA NOSSA SENHORA DO CARMO	PORTO DA FOLHA	217,8924	12	12	03	1	19	23/12/2011	Desapropriação	16/02/2009
SE0216000	PA CARLOS GATO	ARAUA	160,2800	23	23	03	1	05	20/03/2012	Compra e Venda	17/01/2012
SE0217000	RTRQ TQ MOCAMBO	PORTO DA FOLHA	2.100,5400	185	183	04	31	11	01/11/2017	Reconhecimento	10/11/2017
SE0217001	RTRQ TQ SERRA DA GUIA	POCO REDONDO	9.013,1831	200	246	04	31	573	12/04/2018	Reconhecimento	07/04/2015
SE0217002	RTRQ TQ LAGOA DOS CAMPINHOS	AMPARO DE SAO FRANCISCO	1.263,9493	130	218	04	31	895	29/05/2018	Reconhecimento	29/05/2018
SE0217003	RTRQ TQ PONTAL DA BARRA	BARRA DOS COQUEIROS	325,6935	281	185	03	31	308	05/07/2018	Reconhecimento	05/07/2018
SE0217004	RTRQ TQ PIRANGI	CAPELA	128,1984	65	100	03	31	1.129	05/07/2018	Reconhecimento	05/07/2018
SE0217005	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS I BREJO GRANDE	BREJO GRANDE	130,0000	95	146	03	31	1.672	15/10/2018	Reconhecimento	15/10/2018
SE0217006	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS II RESINA	BREJO GRANDE	339,5500	65	42	03	31	1672	10/10/2018	Reconhecimento	15/10/2018
SE0217007	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS III SANTA CRUZ	BREJO GRANDE	130,0000	250	147	03	31	1844	21/11/2018	Reconhecimento	21/11/2018
SE0217008	RTRQ TQ BREJAO DOS NEGROS IV CARAPITANGA	BREJO GRANDE	130,0000	80	50	03	31	1844	21/11/2018	Reconhecimento	21/11/2018
SE0217009	RTRQ TQ CARAIBAS	CANHOBA	0,0000	160	148	04	31	1581	26/09/2018	Reconhecimento	26/09/2018



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0217010	RTRQ TQ FORRAS	RIACHAO DO DANTAS	1,0000	150	143	04	31	1768	06/11/2018	Reconhecimento	06/11/2018
SE0217011	RTRQ TQ MOCAMBO DE AQUIDABA	AQUIDABA	1,0000	160	126	03	31	00111	06/11/2018	Reconhecimento	06/11/2018
SE0217012	RTRQ TQ DESTERRO	INDIAROBA	500,0000	45	34	04	31	1775	07/11/2018	Reconhecimento	07/11/2018
SE0217013	RTRQ TQ LAGOA DO JUNCO	POCO VERDE	600,0000	160	167	03	31	1956	10/12/2018	Reconhecimento	10/12/2018
SE0217014	RTRQ TQ TERRA DURA COQUEIRAL	CAPELA	0,1000	308	290	04	31	1790	12/11/2018	Reconhecimento	12/11/2018
SE0217015	RTRQ TQ PORTO DA AREIA	ESTANCIA	0,1000	375	171	03	31	1798	13/11/2018	Reconhecimento	13/11/2018
SE0217016	RTRQ TQ PATIOBA	JAPARATUBA	50,0000	200	188	03	31	1881	29/11/2018	Reconhecimento	29/11/2018
SE0217017	TQ FORTE	CUMBE	1.460,0123	200	153	04	31	1843	27/08/2019	Reconhecimento	09/08/2017
SE0217020	RTRQ CURUANHA	ESTANCIA	0,1000	120	33	03	31	501	17/05/2024		
SE0217021	RTRQ TQ RUA DOS NEGROS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	0,1000	508	474	03	31	266	13/02/2020		
SE0217022	RTRQ TQ CANTA GALO	CAPELA	0,0100	208	140	03	31	506	20/05/2024		
SE0217024	RTRQ TQ LAGOA GRANDE	SIRIRI	0,1000	169	65	03	31	516	27/05/2024		
SE0217025	RTRQ SANTO ANTÔNIO CANAFÍSTULA	PROPRIA	0,1000	70	49	03	31	509	20/05/2024		
SE0217026	COMUNIDADE QUILOMBOLA BONGUE	ILHA DAS FLORES	0,0100	265	218	03	31	508	20/05/2024		
SE0218000	PA PADRE NESTOR	PACATUBA	288,9493	16	16	03	1	07	03/05/2012	Desapropriação	08/12/2008
SE0219000	PA BOA VISTA	PACATUBA	1.170,3442	44	45	03	1	08	31/05/2012	Compra e Venda	30/08/2011
SE0220000	PA MARIA ZENILDE DOS SANTOS	NEOPOLIS	241,9789	19	19	03	1	16	17/08/2012	Desapropriação	30/09/2010
SE0221000	PE CA DANIEL RICARDO DOS SANTOS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	981,1453	45	44	03	3	06	02/05/2013	Reconhecimento	02/05/2013
SE0222000	PE CA JOSUE DE CASTRO	POCO REDONDO	589,0265	27	27	03	3	11	18/09/2013	Reconhecimento	18/09/2012
SE0223000	PA CLEOMAR BRANDI	LAGARTO	423,6014	33	31	03	1	13	04/10/2013	Desapropriação	23/12/2011
SE0237000	PA MARCELO DÉDA	MALHADOR	2.017,9095	201	199	03	1	23	04/12/2014	Adjudicação	04/12/2014



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE - SR (23)							UF: SE				
SE0239000	PDS ANTONIO ARAUJO DA SILVA	ITAPORANGA D AJUDA	214,1598	15	14	03	1	06	13/05/2015	Desapropriação	20/08/2012
SE0240000	PA NELSON MANDELA II	POCO VERDE	204,1574	10	10	03	1	8	07/07/2015	Desapropriação	24/10/2013
SE0241000	PA VITORIA DA CONQUISTA	ITAPORANGA D AJUDA	1.201,8196	81	79	03	1	12	24/08/2015	Desapropriação	27/12/2012
SE0242000	PA PADRE GERARD LOTHAIRES JULES OLIVIER	PIRAMBU	401,4510	15	15	03	1	14	23/10/2015	Desapropriação	30/12/2014
SE0243000	PA JOSE DE JESUS	CANINDE DE SAO FRANCISCO	400,2227	10	9	03	1	21	30/11/2015	Desapropriação	30/11/2015
SE0246000	PA LUIZ ALBERTO I	CRISTINAPOLIS	1.183,9820	140	135	03	1	30	09/12/2015	Compra e Venda	09/12/2015
SE0247000	PA DOM OSCAR ROMERO	TOMAR DO GERU	832,7449	98	98	03	1	31	09/12/2015	Compra e Venda	09/12/2015
SE0248000	PA BARROCA FUNDA	TOBIAS BARRETO	250,6901	12	12	03	1	582	13/04/2018	Desapropriação	24/10/2013
SE0249000	PA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	POCO VERDE	286,3087	15	15	03	1	588	16/04/2018	Desapropriação	26/12/2013
SE0250000	PA PADRE JOSE COMBLAM	POCO REDONDO	387,0206	16	16	03	1	1532	17/09/2018	Desapropriação	26/12/2013
SE0251000	PA WANDERLEY SANTOS PRATA	RIACHAO DO DANTAS	953,8346	26	26	03	1	1838	21/11/2018	Desapropriação	26/12/2013
SE0252000	PA NOSSA SENHORA APARICIDA II	MACAMBIRA	377,5142	35	35	03	1	1753	24/08/2022	Compra e Venda	24/08/2022
SE0253000	PA FAZENDA LAGINHAS	GARARU	198,8679	14	14	03	1	371	28/12/2023	Desapropriação	
SE0254000	EMILIA MARIA	SAO CRISTOVAO	944,6381	163	-	03	18	1325	04/09/2025	Outros	13/12/2024
SE0262000	PA ARIZONA E OUTROS	ARACAJU	2.076,4694	91	-	04	1	24	31/10/2002		
SE0263000	PA BOM JESUS DAS ORTIGAS	ARACAJU	1.059,3256	44	-	04	1	41	06/11/2003		
Total da SR : 259 Projetos			227.305,8314	16.255	14.825						



Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto 01/01/1960 até 06/01/2026

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção		
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data	
Total do Geral :			259	Projetos	227.305,8314	16.255	14.825					